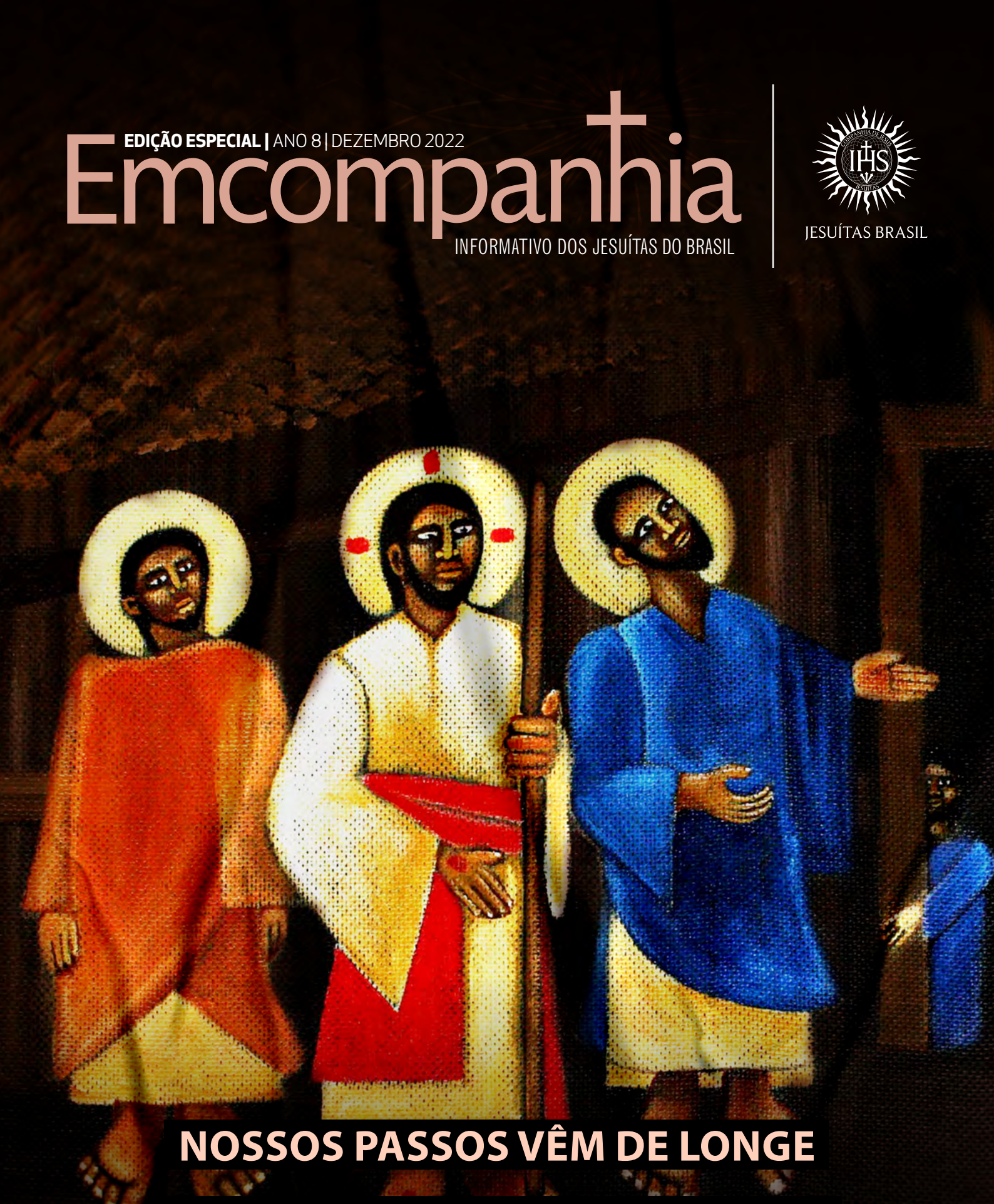
EDIÇÃO ESPECIAL | ANO 8 | DEZEMBRO 2022

Emcompanhia

INFORMATIVO DOS JESUÍTAS DO BRASIL

JESUÍTAS BRASIL



NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE

Refletir sobre nosso passado e presente se faz essencial para o fortalecimento da luta antirracista e, juntos, construirmos um futuro de justiça e igualdade social

LARISSA BARROS DO PROJETO GUARDIÕES AMBIENTAIS DE MACAPÁ (AP)

OLMA

Observatório Nacional de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida

ARTICULAÇÃO EM REDE

PARA A PROMOÇÃO DO DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

ACESSE E SAIBA MAIS
OLMA.ORG.BR
@OLMAOBSERVATORIO

SUMÁRIO

4 EDITORIAL
- Ser cristão é ser antirracista
  Pe. Jean Fábio Santana, *SJ*

6 ENTREVISTA † PEREGRINOS EM MISSÃO
- A negritude como dom de Deus
  Pe. Clóvis Cabral, *SJ*

9 ESPECIAL
- O apostolado da Companhia de Jesus entre os escravizados
  Pe. Felipe de Assunção Soriano, *SJ*
- O Padre Arrupe e a questão racial: uma urgência de ontem, um clamor de hoje
  Jerfferson Amorim de Souza, *SJ*
- Articulação Afro Brasil-SJ e as ações concretas de luta antirracista
  Nélia Nascimento | Pe. Isaías Gomes, *SJ* | Márcio Danilo
- Antirracismo e a construção de uma educação transformadora
  Camila Paixão | Vanessa Araújo Correia

22 CONVERSAS
- Políticas afirmativas e educação na superação do abismo social
  Profa. Dra. Valdenice José Raimundo
- Resgate e valorização da ancestralidade e dos saberes afro-indígenas
  Juscélio Mauro de Mendonça Pantoja
- Articulação Afro Brasil-SJ | Ações na Província dos Jesuítas do Brasil

30 PENSE NISTO
- Raio-X da questão racial no Brasil
- O racismo sutil por trás das palavras
- Leitura Essencial

Emcompanhia

INFORMATIVO DOS JESUÍTAS DO BRASIL

EXPEDIENTE

EM COMPANHIA é uma publicação dos Jesuítas do Brasil, produzida pela Comunicação BRA.

COMUNICAÇÃO BRA
contato@jesuitasbrasil.org.br
www.jesuitasbrasil.org.br

DIRETOR GERAL
Pe. Élcio José de Toledo, *SJ*

DIRETOR EDITORIAL
Paulo Vicente Moregola

EDITORAS E JORNALISTAS RESPONSÁVEIS
Ana Claudia Klein (DRT/RS 8741)
Silvia Lenzi (MTB: 16.021)

REDAÇÃO
Ana Claudia Klein
Ana Lúcia Teixeira Farias
Cristiane Garcia Azevedo
Laura Antunes Meurer
Manoela Andrade Scroferneker
Silvia Lenzi

DIAGRAMAÇÃO E EDIÇÃO DE IMAGENS
Érica Rodrigues (responsável pelo projeto gráfico e diagramação daedição especial)
Luciana Mello

ANALISTA DE SISTEMAS
Frederico Stefano Holland

JOVEM APRENDIZ
Stefany Kuhn Pereira

PARTICIPARAM DA ELABORAÇÃO DESTA EDIÇÃO ESPECIAL
ARTICULAÇÃO AFRO BRASIL – SJ

PINTURAS UTILIZADAS
Pe. José Paulino Martins, *SJ*
Capa e págs. 9, 15, 17 e 20

ANÚNCIOS
Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA) - Pág. 2
Programa MAGIS Brasil - Pág. 36

SER CRISTÃO É SER ANTIRRACISTA

Pe. Jean Fábio Santana, *SJ*
Secretário para a Justiça Socioambiental da Província dos Jesuítas do Brasil

Sabemos que o racismo estrutural é uma chaga no coração da sociedade brasileira e no coração do mundo. O racismo, perversamente, determina por meio da cor da pele do indivíduo quem é digno de oportunidades, respeito, consideração ou não, causando dor e sofrimento na vida de inúmeros seres humanos que fazem parte da população negra, habitantes da nossa Mãe Terra.

A fé cristã, e aqui destaco a Fé Cristã Católica, sempre entendeu que sua relação com o mundo deve estar alicerçada no exercício do amor a Deus e ao próximo expressado pelo amor-respeito incondicional à vida e pela promoção da dignidade humana de todas as pessoas, por meio da prática concreta do serviço e da solidariedade aos pobres, aos marginalizados e aos descartados no contexto das relações humanas, sociais, políticas, econômicas e culturais. Sendo assim, aqui é justo afirmar que o cristão, por sua vocação, é também convocado a ser antirracista, a sensibilizar-se e a ocupar-se com a garantia da dignidade humana das pessoas negras, por meio da permanente vigilância, combate e denúncia de todas as formas de racismo, tanto no seio eclesial quanto no seio da sociedade, reconhecendo, como conclamado em Puebla, que a:

> [...] situação de extrema pobreza generalizada adquire, na vida real, feições concretíssimas, nas quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo, o Senhor... feições de indígenas e, com frequência, também de afro-americanos, que, vivendo segregados e em situações desumanas, podem ser considerados como os mais pobres dentre os pobres
> **(Conferência de Puebla, 1979, p. 95).**

É certo que a Igreja Católica contemporânea há muito tempo vem deixando de ser insensível, omissa e silenciosa no que se refere às questões das relações étnico-raciais em nosso país e em outras partes do mundo, especialmente no que diz respeito ao lugar marginal em que a população negra se encontra na sociedade brasileira desde o período escravista. A Igreja tem assumido posicionamentos de denúncia e combate a práticas racistas que, infelizmente, ainda se manifestam nas interações sociais individuais, coletivas e institucionais dos nossos dias atuais. Contudo, ao olhar para a história, não se passa despercebido o quanto, na história do Brasil e na história Universal, a Igreja Católica contribuiu para que a situação de escravidão, discriminação e marginalização dos negros fosse por tanto tempo cultivada, validada e perpetuada.

Propagando uma teologia de origem racista que descreve o pecado e o diabo como da cor preta, a Igreja demonizava tudo que era de origem africana e cor preta. Os símbolos e as religiões de matriz africana eram e, em muitas situações, ainda são concebidos como símbolos do mal e de tudo que é negativo e inferior, sendo considerados, então, contrários ao cristianismo. Durante o período escravista, praticamente todas as denominações religiosas cristãs ocidentais, católicas e protestantes não só foram omissas como também apoiaram e se beneficiaram do sistema político-econômico escravagista.

A Companhia de Jesus, do período dos séculos XVI e XVII, não escapou da mácula da escravidão. Ela vivenciava a moral do seu tempo, a consciência histórica e os costumes da época, por meio dos quais a instituição da escravidão africana era aceita segundo o entendimento moral vigente. Os jesuítas serviram-se da mão de obra escravizada de negros

> *NÃO PODEMOS MAIS CONTINUAR NO SILÊNCIO E SEM RECONHECER OS ERROS DO PASSADO, NO QUE DIZ RESPEITO À ESCRAVIDÃO, MÃE DO RACISMO ESTRUTURAL QUE ASSOLA A VIDA DAS POPULAÇÕES NEGRAS ATÉ HOJE.”*

africanos, assim como o fizeram outras ordens religiosas católicas.

O historiador Serafim Leite, *SJ*, argumenta que a diferença entre índios e negros, no que toca a posição dos jesuítas dos séculos XVI e XVII diante da escravidão, é a de que os índios antes eram livres e os negros já chegavam na América escravizados por diferentes regiões da África, e os jesuítas não questionavam a instituição da escravidão em si, mas tão somente o trato dos negros. O diferencial dos jesuítas (Jorge Benci, Manuel da Nóbrega, Antonio Vieira no seu célebre *Sermão à Irmandade dos Pretos*) foi precisamente no tratamento aos escravos negros (corrigir sim, maltratar não!) e no prestar-lhes caridade e os catequizar (leia-se são humanos, ou seja, podem ser catequizados e batizados para se tornarem filhos de Deus).

Como podemos ver, Igrejas Cristãs Protestantes, Igreja Católica, Companhia de Jesus, temos todos muito o que pedir perdão! Não podemos mais continuar no silêncio e sem reconhecer os erros do passado, no que diz respeito à escravidão, mãe do racismo estrutural que assola a vida das populações negras até hoje.

Precisamos entrar em um exercício de reparação da dívida histórica com a população negra do Brasil e do mundo para encher de verdadeiro sentido restaurador e reparador por meio de ações afirmativas e antirracistas que praticamos e somos chamados a intensificar a cada dia. Nossa consciência cristã é convocada a permanecer engajada em uma contínua e honesta solidariedade concreta na luta e enfrentamento do racismo no seio da Igreja e no seio da sociedade. Nesse sentido, é iluminador saber que essa é uma atitude de que a Igreja já vem adotando, como nos atesta o texto-base da Campanha da Fraternidade de 1988:

> É trilhando esse caminho de reconhecimento, perdão e reconciliação que podemos nos juntar a tantos outros atores que estão envolvidos na construção de um mundo mais harmonioso, sem preconceitos de raça ou de cor, composto por sociedades nas quais as pessoas tenham seus valores reconhecidos, respeitados e dignificados a partir do seu conteúdo humano, não pela aparência e, muito menos, pela cor da sua pele.

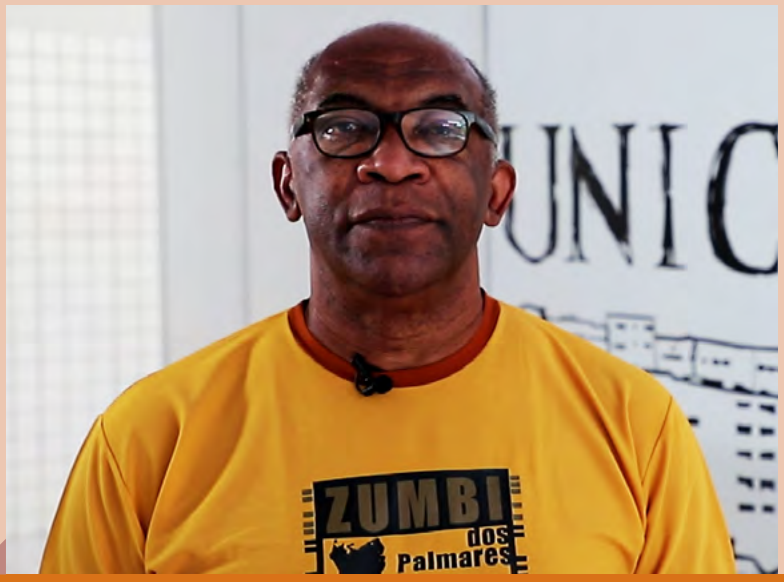
Nos dias atuais ainda se faz muito necessário o engajamento da Igreja no propósito de empreender um constante embate à toda e qualquer forma de marginalização dos seres humanos, especialmente no combate ao racismo, começando na esfera religiosa e reverberando para a esfera social. Nesse sentido, é muito mais que justo nos juntarmos a todas as instituições e pessoas de boa vontade engajadas em estratégias de cuidado, de visibilização e de empoderamento das populações negras e do seu legado presente no conjunto da formação identitária do Brasil e do povo brasileiro. Precisamos somar forças para gerar espaços, criar instrumentos e sempre encontrar caminhos novos que possam tornar cada vez mais conhecido o verdadeiro valor da contribuição dos africanos e seus descendentes nas áreas social, econômica e política da história do Brasil e de outras partes do mundo.

O antirracismo está disponível como valor e programa político a diferentes grupos sociais. Que, enquanto cristãos, façamos dele lente para interpretar a mensagem bíblica e o nosso agir pastoral.

Que a Igreja continue cada vez mais envolvida em ações que dinamizem e promovam a igualdade racial, com ações desenvolvidas por meio de suas pastorais, de grupos organizados, dos Movimentos Sociais, do Movimento Negro, da Pastoral Social da Igreja Católica, da Pastoral Afro, do Greni [Grupo de Reflexão de Religiosos(as) Negros(as) e Indígenas], dos Grupos de Padres Negros, das Irmandades Católicas, das APNs (Agente de Pastoral Negros) e, por fim, por meio dos espaços para reflexão sobre a condição sócio-político-econômica de homens e mulheres negras.

Que a Companhia de Jesus, consciente da questão histórica da escravidão e das consequências duradouras dela, também se engaje cada vez mais na mobilização da luta antirracista. Por isso, desejo vida longa à Articulação Afro dentro da Conferência dos Provinciais da América Latina e Caribe (Afrocpal) e vida longa à Articulação Afro Brasil-SJ na Província dos Jesuítas do Brasil. Esta última tem sido um espaço representativo e articulador da presença afro na Província BRA, promovendo a aproximação entre pessoas negras e não-negras que estão vinculadas à missão da Companhia de Jesus no país, com o intuito de favorecer o encontro, a partilha de vida e missão, a formação e reflexão sobre a questão étnico-racial, a luta contra o racismo e a promoção da igualdade étnico-racial na sociedade e em nossas instituições.

Boa leitura!



A NEGRITUDE COMO DOM DE DEUS

Pe. Clóvis Cabral, *SJ*
Educador Social, Ativista do Movimento Negro Brasileiro e da Pastoral Afro-Brasileira da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), além de Assessor extraordinário do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena

Filho de uma mãe de santo, o Pe. Clóvis Cabral, *SJ*, nasceu em um terreiro de candomblé. Vindo da periferia de Salvador (BA), ele começou a conhecer de perto a Companhia de Jesus ao mesmo tempo em que se descobria como negro. Sem nunca ter se afastado de sua história intimamente ligada à religião de matriz africana, ele acredita que todos são chamados a viver sua missão em diálogo não só ecumênico com as outras igrejas cristãs, mas também inter-religioso e intercultural. Em entrevista ao ***Em Companhia,*** o jesuíta fala sobre a relação da Igreja e da Companhia de Jesus com a luta antirracista e conta por que acredita que a negritude é um dom de Deus.

Conte-nos um pouco sobre a sua história.

Meu nome é Clóvis Cabral, tenho 66 anos, sou jesuíta há 44 anos e padre há 31 anos. Nasci em Salvador (BA) e a minha infância transcorreu nas singularidades e simplicidade de uma família negra, moradora da periferia de uma cidade do nordeste do Brasil. Minha mãe, América Cabral, era uma sacerdotisa do candomblé, filha de Ogum e de Iansã. O terreiro da gente existe até hoje, chama-se Ilê Axé Ogunjá Tiluaiê Orubaiá , e atualmente quem o preside é meu irmão mais velho, Balbino Cabral. Quase todos os membros da minha família são, de alguma forma, ligados ao terreiro e à religião afro-brasileira.

Como foi essa vivência de ter sido criado dentro de uma religião de matriz africana, sendo filho de uma mãe de santo, autoridade dentro do candomblé?

Minha mãe era uma mulher forte, corajosa e destemida, filha de Iansã, a Senhora dos ventos, dos raios, das tempestades. Ao longo da vida, ela teve grandes amizades com lideranças da comunidade onde nós vivíamos, de maneira especial com o pároco, Pe. José Leal, com a irmã Dulce – hoje a Santa Dulce dos Pobres – e com a educadora Ocridalina Madureira. Juntos, eles produziram mudanças significativas no bairro, em áreas como água, saneamento básico e energia elétrica. Essa é a primeira imagem que eu tenho de pessoas que se juntavam para fazer o bem, para melhorar, para transformar a vida, independentemente das suas escolhas religiosas.

Uma segunda imagem muito forte que eu guardo da minha infância é a própria comunidade de terreiro, que oferece ajuda, dá suporte e educa. Toda a comunidade é responsável pelas crianças, pelos adolescentes e pelos jovens. Hoje, a gente usa a expressão *ubuntu*, pra falar dessa experiência comunitária das pessoas negras no Brasil. A palavra *ubuntu* significa "sou porque nós somos". Isto é, uma pessoa, para ser pessoa, precisa da ajuda de outras.

Também guardo a forte imagem de que a fé tem um compromisso social. A casa de candomblé de minha família organizava as Festas Juninas do bairro, o Carnaval das crianças e ajudava quem precisava. Sempre havia pessoas que iam para lá buscar comida, apoio e abrigo.

Quando eu era criança, não havia nenhum problema em nós sermos do candomblé e, ao mesmo tempo, participarmos da Igreja Católica. Então, eu e meus irmãos fomos todos batizados, crismados e fizemos a primeira comunhão. Mais tarde, já pelos anos de 1973 e 1974, eu comecei a participar do grupo de jovens da comunidade.

Como se deu sua aproximação com a Companhia de Jesus? E como o senhor decidiu ser padre?

O meu primeiro contato com um jesuíta se deu quando eu era menino, e quem celebrou a missa e fez a minha primeira comunhão foi o Pe. João Maria Gardenal, velho missionário, que trabalhou na comunidade da paróquia onde eu vivi. Mais tarde, conheci outros jesuítas, que, se não me engano, formaram a primeira comunidade da Companhia de Jesus inserida no meio dos pobres.

Chamavam a atenção aqueles homens brancos, altos e inteligentes que decidiram morar no bairro e conviver conosco. Recordo que a casa deles, a comunidade dos jesuítas, era um ponto de encontro da juventude. E foi a partir daí, então, que eu fui desenvolvendo algumas habilidades que já estavam presentes em mim, no campo da comunicação, da organização comunitária, na capacidade de mobilização das pessoas. Se a memória não me falha, foi por conta disso que chamei atenção de um jesuíta, o Pe. Antonio Barônio, que me convidou para colaborar na construção dessa comunidade inicial.

A partir daí, meu interesse foi se alargando e fui ampliando essa ideia de que a fé exige comprometimento. Estamos falando dos anos de ditadura militar, dos anos de chumbo. Eu comecei, de um certo modo, a despertar para toda a questão política.

Nesse período, de 1973 a 1976, eu passei a olhar para a comunidade religiosa do terreiro da minha família com elementos que eu trazia da experiência de igreja e de militância no movimento estudantil, além de algumas notícias que mostravam um incipiente recomeço do movimento negro. O que reunia a comunidade negra naquele tempo era a música norte-americana negra e algumas figuras artísticas. Depois veio o cabelo *black power* e começaram a surgir notícias dos Panteras Negras, da Angela Davis...

> *"EU DESCOBRI QUE UMA PESSOA NÃO NASCE NEGRA, ELA TORNA-SE NEGRA"*

E isso foi acontecendo também em Salvador. Alguns passos foram dados com essa perspectiva, de que a comunidade negra devia assumir isso que a gente chama hoje de negritude, e que nós poderíamos exercer protagonismo na luta contra a ditadura e a opressão, no sentido de repensar a sociedade.

Tenho uma lembrança forte de jesuítas engajados nessa luta, que me ajudaram a perceber que havia alguns elementos no candomblé, do movimento estudantil e do movimento comunitário que se encontravam, que podiam ter uma base comum. E essas experiências foram ganhando dimensões mais desafiantes, mais ricas e mais apaixonantes.

Eu nunca questionei o fato de ter uma família do candomblé, de minha mãe ser mãe de santo e eu ser um membro engajado de uma comunidade cristã. Quando havia as grandes celebrações, nas grandes festas, nossos companheiros de grupo de jovens também participavam.

Muitos jesuítas foram lá para conhecer, participaram de celebrações e de festas, eles eram muito queridos. Eu nunca senti nos meus companheiros jesuítas desse período qualquer tipo de intolerância ou preconceito. Pelo contrário: eles afirmavam que conhecer, participar, ver e entender era importante para o serviço apostólico que queriam realizar ali.

Tenho a impressão de que foi nesse itinerário que eu comecei a me perguntar se eu então não poderia ser um jesuíta como esses meus amigos e formadores e, ao mesmo tempo, preservar, continuar amando e participando de uma comunidade tradicional de terreiro.

Conte-nos sobre sua luta antirracista: quando e como ela começou?

A negritude, para mim, apareceu e rompeu como uma experiência existencial. Eu descobri que uma pessoa não nasce negra, ela torna-se negra. Portanto, eu passei a entender a negritude como um caminho, um itinerário de reconstrução da identidade negra, que era negativa, se tornando uma identidade negra positiva. Comecei a perceber que a negritude é uma escolha. Eu sabia dos riscos que essa opção carregava e, mesmo assim, decidi ser negro e cristão ao mesmo tempo.

Portanto, nessa experiência de assumir-me negro, eu fui também construindo um itinerário espiritual em que, cada vez mais, eu percebia que ser negro não é simplesmente ter a pele preta. Mas que é processual e relacional, e que Deus está presente nesse caminho. É a reconstrução de uma identidade positiva, que é ao mesmo tempo libertária e ligada a essa experiência primordial de comunidade. A primeira comunidade, a minha família no terreiro de candomblé, e depois essa experiência de comunidade eclesial de base.

Eu aprendi que ser negro e negra é um modo de ser, de sonhar, de trabalhar, de rezar, de liderar, de apoiar uma causa, de exercer um ministério, de abraçar uma vocação. A negritude é um dom de Deus.

Ser jesuíta faz a diferença na sua luta antirracista?

A Companhia de Jesus para mim sempre foi uma mãe. Nunca fui impedido de fazer esse caminho, de colaborar com esse processo de reconstrução do movimento negro no Brasil e de

> *"EU TOMEI A DECISÃO DE SER UM TEÓLOGO AFRO-BRASILEIRO, DE APRENDER A FAZER TEOLOGIA A PARTIR DESSA EXPERIÊNCIA BÍBLICO-EXISTENCIAL DA NEGRITUDE COMO UM DOM DE DEUS."*

participar ativamente da construção da Pastoral Afro-Brasileira. Pelo contrário: eu sempre fui incentivado. Os jesuítas que passaram por minha vida ao longo desses anos todos sempre souberam me ajudar.

Eu tomei a decisão de ser um teólogo afro-brasileiro, de aprender a fazer teologia a partir dessa experiência bíblico-existencial da negritude como um dom de Deus. Na Companhia de Jesus, eu fui aprendendo que, na Igreja, todos somos batizados, que há uma igualdade que é a base de todo o povo de Deus. Somos vocacionados, convocados a viver, na Igreja, dentro daquilo que diz o documento da Conferência de Puebla, em comunhão e participação. E isso implica toda a vida, nas suas dimensões econômica, social e política. Eu também acredito que todos nós somos vocacionados a realizar essa nossa missão apostólica, como corpo apostólico, viver a unidade na diversidade.

Depois, eu fui aprendendo também, na Companhia de Jesus, que todos somos chamados a viver a nossa missão em diálogo ecumênico com as outras igrejas cristãs e diálogo inter-religioso e intercultural. As estruturas da Igreja devem ser encarnadas nos seus diversos contextos culturais. Eu gosto muito e tenho a impressão de que nós, jesuítas, caminhamos para isso.

Eu gosto muito da 34ª Congregação Geral, pois acho que ela é a que mais oferece elementos para pensarmos a contribuição da Companhia de Jesus na luta antirracista e na proposição de um engajamento no enfrentamento do racismo estrutural. Eu costumo dizer que ser cristão é ser antirracista e ser jesuíta também.

Como o senhor avalia a situação atual da população negra no Brasil?

A desigualdade é uma marca muito grande ainda na sociedade brasileira e, me parece, assume três formas. A primeira é a desigualdade em si. Nós somos o nono país mais desigual do mundo. Existem desigualdades regionais, entre homens e mulheres, entre negros e brancos. Depois, há a violência institucionalizada. É uma violência sistêmica, estrutural, que é utilizada como instrumento punitivo para controle das populações empobrecidas e, quando essas populações se rebelam, as questões sociais são tratadas como se fossem casos de polícia.

A terceira forma de desigualdade é a baixíssima ou quase nenhuma representação de mulheres e de pessoas provindas das classes populares, a ausência de homens negros e mulheres negras nos espaços de poder e de decisão. Essa violência simbólica é tão mortal quanto a violência física. Então, a impressão é que, para combater isso, para lutar contra essa estrutura, nós, jesuítas, leigos e leigas, devemos nos colocar a serviço.

É possível superarmos o racismo estrutural no Brasil? De que forma?

É evidente que é possível. Nós temos essa esperança quilombola, de criar uma outra sociedade. Agora, as dificuldades são tremendas e não podemos deixar de lado o fato de que essa experiência vai exigir muito de nós. As estatísticas são brutais. No Brasil, a cada 23 minutos, um jovem negro é assassinado. Em Salvador, dos 299 assassinatos cometidos pelos agentes de segurança baianos em 2021, apenas um era branco.

Nós, a população que se autodeclara negra, somos a maioria da população no Brasil. E, ao mesmo tempo, enfrentamos obstáculos terríveis. Uma marca da sociedade brasileira em relação a nós, negros e negras, é a violência, a exclusão, a ausência completa de políticas públicas.

Como Companhia de Jesus, de que forma podemos somar forças na luta antirracista?

Eu tenho a impressão de que a Companhia Jesus e toda a Igreja têm que fazer um movimento muito grande de conversão. Aquilo que o Papa João Paulo II fez, de maneira magnânima, que foi pedir perdão pelo tráfico negreiro, pela escravidão, porque muitos cristãos participaram dessa empreitada colonial, escravagista. Muitos cristãos lucraram: ordens religiosas, conventos e igrejas. Os negros eram usados pelas igrejas e pelos conventos, da mesma forma que, no entorno deles, durante anos, foram proibidos de ser religiosos. Essa é uma dívida que a Igreja tem para com as populações negras no Brasil. Creio que essa dimensão de pedido de perdão, essa dimensão de conversão, deve estar como fundamento de toda a ação pastoral da Igreja em relação à imensa maioria do povo negro no país.

Eu gosto da expressão do documento de Aparecida, de que "a Igreja é morada de povos irmãos e casa dos pobres". Agora, para ser isso, é necessário reparar, pois não existe pedido de perdão sem reparação. Significa que o nosso modo de viver e anunciar Jesus é um modo que busca reparar os efeitos negativos que até hoje a escravidão produz.

NOSSOS PASSOS VÊM DE LONGE

FORTALECIMENTO DA LUTA ANTIRRACISTA

Desde 2011, com a instituição oficial da Lei nº 12.519, o 20 de novembro é lembrado como o Dia da Consciência Negra, marcando assim a luta pelos direitos da população negra no Brasil. Foi nesta data que, em 1695, Zumbi foi assassinado. Último líder do quilombo dos Palmares, ele simboliza a opressão contra os negros no país ao longo dos séculos. Mais que uma lembrança anual, o Dia da Consciência Negra deve ser vivido como um momento de reflexão sobre o longo caminho que ainda precisamos percorrer em direção a uma sociedade mais igualitária e inclusiva e, principalmente, sobre a necessidade de união de todos os brasileiros pelo fortalecimento da luta antirracista.

Para isso, nesta última edição do ***Em Companhia*** de 2022, convidamos alguns jesuítas, leigos e leigas negros de diferentes áreas para apresentar reflexões acerca do tema, percorrendo o passado, o presente e a construção de um futuro melhor e mais justo para a população negra do Brasil e do mundo.

O APOSTOLADO DA COMPANHIA DE JESUS ENTRE OS ESCRAVIZADOS

Pe. Felipe de Assunção Soriano, *SJ*
Padre Jesuíta, doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e curador do memorial Jesuíta e do Instituto Anchietano de Pesquisa – Unisinos

A Companhia de Jesus foi uma das ordens religiosas que mais tiveram mão de obra escrava no Brasil. E se sabe, com um pouco mais de exatidão, devido aos inventários de suas fazendas e engenhos por ocasião de sua expulsão do país (1549-1759). O Pe. Miguel Garcia (1550-1614) assim escreve ao Geral da Companhia em 26 de janeiro de 1583: "A multidão de escravizados que tem a Companhia nesta Província (Brasil), particularmente neste Colégio (da Bahia), é coisa que de maneira nenhuma posso tragar" (LEITE, 1945, p. 228-229). Serão esses excessos e absurdos que irão demandar ações que possam mitigar tal situação.

A grande mortandade de indígenas devido a epidemias e guerras regionais demandaram um novo tipo de mão de obra para as lavouras de cana-de-açúcar no Brasil. A experiência acumulada com os escravizados negros nas ilhas de Açores e Madeira (1440) servirá de modelo aplicado no Brasil (1560). O Pe. Manuel da Nóbrega escreverá ao Pe. Miguel Torres (Baía, 8 de maio de 1558) dizendo que o melhor bem que poderia fazer o El-Rei ao Colégio da Baía era enviar duas dúzias de negros de Guiné (LEITE, 1957, p. 455).

As regiões exploradoras na América Espanhola estavam divididas em quatro Vice-reinos: Rio da Prata, Peru, Nova Granada e Nova Espanha. Todo o comércio colonial era gerido pela "Casa de Contratação", que recolhiam os impostos sob as riquezas produzidas ligando os portos regionais ao porto central de Cádiz (Andaluzia)[1]. Só em Cartagena (Colômbia), entravam 12 ou 14 navios negreiros por ano, transportando de 300 a 400 escravizadas cada (VALTIERRA, 1980, p. 51). Antes de 1549, a maioria dos navios negreiros seguiam a Cartagena (Colômbia) para as minas de ouro em Cibao[2].

O tema da escravidão negra não era assunto passível dentro da Companhia de Jesus. É possível constatar inúmeras tensões dentro da própria instituição. A insistência do Pe. Manuel da Nóbrega que pedia negros de Guiné para os Colégios da Bahia se contrapõe a visão do Provincial, Pe. Luiz da Grã (1523-1609). Os sacerdotes jesuítas Miguel Garcia[3] (1550-1614) e Gonçalo Leite[4] (1546-1603), que passaram a criticar a escravidão negra em suas homilias, acabaram silenciados na Bahia

[1] https://mundoeducacao.uol.com.br/historia-america/colonizacao-espanhola.htm

[2] https://www.geledes.org.br/primeiras-viagens-negreiras/

[3] Pe. Garcia era um jovem jesuíta espanhol que chegou à Bahia em 1576 para lecionar teologia no Colégio de Salvador. Segue ele, os padres tinham o dever de recusar a absolvição sacramental aos que possuíam negros escravos. As tensões demandaram a vinda de um visitador da Companhia, Pe. Cristóvão de Gouveia. Depois de ouvir especialistas, a decisão penalizou o Pe. Miguel Garcia, que foi expulso do Brasil em 1583.

[4] Pe. Gonçalo Leite foi o primeiro professor de filosofia do Brasil, destacando-se pela defesa dos indígenas e negros escravizados. Por sua postura, ao escrever ao Geral denunciando que o Colégio da Baía possuía 70 negros escravos, foi obrigado a voltar a Portugal em 1586. https://ocatequista.com.br/historia-da-igreja/item/18249-tres-padres-abolicionistas-no-brasil-colonia

(1585). Mesmo assim, nas confissões dos colonos, recusavam-se absolver publicamente pecados de quem possuísse negros escravizados, sendo expulsos do Brasil por esse motivo (1586). Neste mesmo período, o Pe. José de Anchieta (1534-1579), sensível à questão negra no Brasil, também escreverá ao Padre Geral da Companhia, Francisco de Borja, perguntando como tratar os escravizados. Sua resposta é emblemática, conforme a boa memória do Padre Geral, que não se colocasse os negros a ferros (ANCHIETA, 1984, p. 292)[5] .

Outra figura, mesmo sendo bem posterior, o Pe. Antônio Vieira (1608-1697), é quem melhor contradita com a mentalidade de sua época, pois, em suas homilias, seu principal mérito consiste em reconhecer o negro como ser humano. Na obra Cultura e opulência do Brasil, do Pe. André João Antonil (1711), deixa claro que para o escravo são necessários três "P", a saber, Pau, Pão e Pano (ANTONIL, 2011, p. 108). De fato, Antônio Vieira não conseguiu superar sua época ao reconhecer a escravidão como um mal necessário, pois a igualdade que pretende defender em seus sermões é claramente denunciada em outros. Segundo Vieira, a liberdade é mais propensa aos vícios e a obediência ou sujeição é mais disposta às virtudes (VIEIRA, 1998, p. 138):

Tal profecia que protagoniza a sorte de um e a ruína do outro povo não se aplicou, pois será em Cartagena das Índias – maior porto de tráfico do Mar das Antilhas, que nascerá o Apostolado entre os escravizados da Companhia de Jesus. Um expoente no trabalho em favor dos escravizados negros será o mestre do Pe. Pedro Claver. Seu tutor, o Pe. Afonso Sandoval (1576-1652), é quem o introduz neste serviço pregando contra a chaga da escravidão e atuando nos barracões de Cartagena. Ajudado por africanos intérpretes, Pe. Sandoval produziu livros que tratam amplamente da cultura africana, chegando a propor um método de evangelização (PAIVA, 1984, p. 19).

Quando Pedro Claver nasceu (1580-1654) reinava Felipe II (Espanha) sobre mais da metade do mundo conhecido (1580-1640). Antes de entrar no noviciado jesuíta fez seus estudos em Barcelona (Catalunha), onde encontrou a ordem de Inácio de Loyola decidindo entrar na Companhia de Jesus (1604). Fez em Maiorca (Espanha) seus estudos de filosofia e em Barcelona (Espanha) seus estudos de teologia (1608). Em Sevilha (Espanha), junto a outros missionários, teve seu primeiro contato com a crueza da escravidão enquanto se preparava para a travessia atlântica.

Pedro Claver chegará a Cartagena das Índias (Colômbia) e logo seguirá para cidade de Santa Fé (Bogotá) em junho de 1533 (Escolasticado). Durante um ano, Claver teve que esperar a vinda de um professor da Europa para retomar seus estudos. Foi ordenado padre na Catedral de Cartagena, em 19 de março de 1616. Ao constatar que o maior número de negros vinha de Angola, decide aprender sua língua e, com a ajuda de intérpretes, atendia os outros grupos linguísticos enquanto enfrentava o medonho ambiente dos barracões. Neste período, o maior obstáculo não era os negros e nem seu falar, mas, sim, queixas constantes ao Bispo e a completa precariedade do atendimento nos barracões (1607). Contemporâneo ao trabalho do Pe. Afonso Sandoval na América portuguesa, José de Anchieta inicia um apostolado entre os escravizados do Brasil.

Na Carta escrita pelo Pe. José de Anchieta e dirigida ao Padre Geral Cláudio Acquaviva (1582), relata-se a existência de um apóstolo entre os negros de Guiné[6]. Só na cidade de Salvador (BA), no ano de 1582, chegaram mais de 2 mil negros escravizados. Para atender essa demanda, o Pe. José de Anchieta escolhe e nomeia um jesuíta para a evangelização dos negros na Bahia. O Pe. Baltasar Fernandes (1537-1628) que, com habilidade e prontidão, acorria às naus atendendo os doentes e catequizando-os em sua língua. No mesmo registro, com aprovação do Bispo Dom Antônio Barreto, funda-se, com estatuto próprio, a primeira "Confraria de Nossa Senhora do Rosário para os Homens Pretos" (ANCHIETA, 1984, p. 314).

As oportunidades para a conversão dos negros no Brasil era algo tão evidente que se chegou a propor que a evangelização de África ficasse a cargo dos jesuítas do Brasil. De fato, tal intuição não se efetivou, mas, antes, o contrário. Ainda no século XVI, vários jesuítas passaram de Angola para o Brasil. Até o Bispo de Cabo Verde chegou a pedir uma cópia do Catecismo de Anchieta para os negros de sua diocese (LEITE, 1938, p. 34). A lista dos jesuítas que vieram da África para o Brasil é grande, empolgados com o testemunho de José de Anchieta e seus métodos catequéticos na língua da terra.

O Brasil foi frequentemente escola para os reinos de Angola e Congo, devido ao grande contingente de negros escravizados. Muitos jesuítas portugueses de Angola, hábeis em línguas tribais, vieram para trabalhar entre os negros no Brasil. A importância dada

[5] Não se sustentou a proibição do Geral da Companhia Pe. Francisco de Borja dada à impossibilidade de se contar com a mão de obra livre no Brasil.

[6] Sob o nome de Guiné se compreende toda a costa ocidental da África (Sobretudo Angola).

às línguas era algo decisivo, pois não só os que vinham de Angola a sabiam, mas outros jesuítas no Brasil as aprendiam. Destacam-se o Pe. Pero Rodrigues, o segundo biógrafo de José de Anchieta, após ser visitador de Angola, passou a América Portuguesa e foi Provincial do Brasil (1594-1603).

A necessidade de estudantes que soubessem as línguas tribais e a fácil comunicação suscitou vocações à Companhia de Jesus na África. Será no Brasil e não na África que a Companhia de Jesus produzirá uma Arte (Gramática) para aqueles que atuam entre os escravizados e um Catecismo. O Pe. Pedro Dias, nascido em Portugal, movido pela necessidade espiritual dos negros, compôs a Arte da Língua de Angola (Lisboa, 1697), coadjuvado pelo angolano, Pe. Miguel Cardoso, que a revisou e aprovou. Nos séculos XVII e XVIII encontramos vários jesuítas do Brasil, cuja naturalidade era designada nos Catálogos da Companhia com o qualificativo de "Angola" (africanos).

Segundo o levantamento de Serafim Leite (1940), se destacam o Pe. António Cardoso que veio de Luanda (Angola). Foi reitor do Seminário de Belém da Cachoeira (Bahia) e do Colégio do Rio de Janeiro (1670-1749). O Pe. António de Passos, nascido em Angola, foi extraordinário no ensino dos negros (1633-1684). O Pe. Francisco de Lima, nascido em Luanda (Angola), atuou no Recôncavo baiano com o Pe. José Bernardino e admitido ao 4° voto (1664-1707). O Pe. Francisco da Vide, nascido em Luanda, consagrou sua vida aos negros do Brasil, atuando no Rio de Janeiro na Fazendo de Santa Cruz (1667-1732). O Pe. João de Araújo nascido em Angola, foi insigne no ensino da língua e religioso apostólico entre os negros, atuando na região do Rio de Janeiro (1659 - †).

O Pe. João de Cunha, nascido em Luanda, foi catequista de crianças negras e professor de meninos brancos na Congregação dirigida por ele no Rio de Janeiro. Faz a primeira tradução de parte dos poemas em tupi de José de Anchieta, que estão no Arquivo Romano da Companhia de Jesus - ARSI (1690-1741). O Pe. Luiz de Siqueira, nascido em Luanda, foi professor solene, aprendeu tupi e seguiu cargo de governo em várias casas e aldeias. Além disso, foi reitor do Colégio de Pernambuco e o descobridor de pedras preciosas na Serra das Esmeraldas (1620 - †). O Pe. Manuel de Lima, nascido em Luanda, atuou no Recôncavo Baiano e foi um excelente intérprete dos negros e fez profissão de 4º voto (1667-1718). E, por fim, o Pe. Miguel Cardoso, nascido em Luanda, foi reitor do Colégio do Recife e reitor do Colégio do Rio de Janeiro. Procurador do Provincial em Roma (Itália) e Provincial dos Jesuítas do Brasil (1659 - †) (LEITE, 1940, p. 254-261).

Já no Séc. XVII, para que os escravizados tivessem a livre disposição do domingo (Dia do Senhor), os jesuítas concediam o sábado para que se ocupassem com suas próprias lavouras. Essa medida obrigará a autoridade civil a determinar que nos outros engenhos ou fazendas deixem o dia de sábado livres para os escravizados (13 de janeiro de 1701). No Alvará de 21 de agosto de 1755, Pombal concede regalias aos índios que se casassem com brancas e vice-versa, negando qualquer possibilidade aos negros. Manda destituir um índio que se casou com uma negra, em 6 de agosto de 1771, por manchar seu sangue. A Companhia de Jesus, pelo contrário, sempre incentivou o matrimônio e, pouco a pouco, estendeu aos escravizados suas isenções canônicas[7].

Essas considerações apenas evidenciam que o tema não era passível dentro da Companhia de Jesus e da sociedade em geral. Contudo, como corpo diverso e universal, a Companhia de Jesus traz as marcas do seu tempo e sua própria experiência. A influência da Universidade de Salamanca, da crítica do Frei Francisco de Vitória sobre o Direito Internacional e sua posterior aplicação na América na obra de Bartolomeu de Las Casas, estão na base de nossa reflexão. Diante de uma sociedade tão complexa e marcada por tantas contradições, só uma espiritualidade contemplativa e militante é capaz de encontrar caminhos.

Longe de querer suprimir as feridas profundas da escravidão na memória e na sociedade. Contudo, não podemos negar que sempre houve homens e mulheres que, movidos por sua fé ou filantropia, se colocaram a serviço dos escravizados. Estes fatos aqui levantados apenas mostram à ambígua, o forte aparelhamento e, mormente, a aparente aceitação da sociedade colonial. Onde outros foram parados, alguns conseguiram avançar de alguma forma, pois há sempre um espaço de manobra para quem está na fronteira. Em todos esses exemplos fica estampado o testemunho de São Pedro Claver, aquele que escreveu a punho que se consagrou a Deus para a salvação de seus queridos negros (PAIVA, 1984, p. 43).

Acesse a Bibliografia:
https://bit.ly/bibliografia-felipe-soriano

[7] Um negro fugido por maus tratos correu a portaria do Colégio do Pará. O ferreiro do Colégio limou-lhe a grilheta deixando-o livre, fato relatado ao reitor e registrado na Carta Regia de 2 de abril de 1735. Outro caso foi à honra que o negro Francisco de Borja, morto com duas facadas, recebeu em 11 de agosto de 1738. Os jesuítas recolheram o seu corpo, com honras de dar inveja aos grandes, enterrando-o na sua própria Igreja, devido aos muitos serviços que havia prestado ao Colégio (LEITE, 1940, p. 254-261).

O PADRE ARRUPE E A QUESTÃO RACIAL: UMA URGÊNCIA DE ONTEM, UM CLAMOR DE HOJE

Jerfferson Amorim de Souza, *SJ*
Jesuíta, Mestre em Filosofia e Ciências Sociais, graduado em Relações Internacionais e Teologia

No ano de 1967, o então Padre Geral da Companhia de Jesus, Pedro Arrupe, *SJ*, dirigiu uma carta aos superiores provinciais das províncias dos Estados Unidos para tratar de um tema que ele mesmo qualificou como grave: a crise racial naquele país. Datada de 1º de novembro de 1967, a carta questionava o papel da Companhia de Jesus no contexto das lutas das pessoas negras por dignidade e direitos em um país construído sobre os alicerces da escravidão e do racismo[1].

Para recordar, a década de 1960 foi marcada naquele país por intensos protestos e pela estruturada organização política da população negra. Como frutos desse movimento, em 1964, foram reconhecidos os direitos civis da população negra e, em 1965, o direito ao voto[2]. Essas mudanças não apenas representaram um novo impulso para o movimento negro, mas também o recrudescimento das forças de oposição às garantias conquistadas.

A dramaticidade da questão racial, o desenho de estratégias e a construção coletiva levaram esse movimento a aglutinar pessoas e a se projetar em todo o país. Lideranças como Rosa Parks, que foi presa por se recusar a ceder o lugar para um homem branco no ônibus, e os pastores Martin Luther King Jr. e Fred Shuttlesworth articularam iniciativas importantes: os protestos de Birmigham e a marcha de Washington (1963) e a marcha de Montgomery à cidade de Selma (1965). Temos na mesma década a criação do Partido dos Panteras Negras (1966) e a atuação de outras lideranças, como Malcom X e Angela Davis.

É nesse contexto marcado pela segregação, pelo racismo e pela luta da população negra que Arrupe vai se dirigir aos jesuítas, cinco meses antes do assassinato de Luther King (04 de abril de 1968). Segundo ele, *os negros estão dando sinais convincentes de que estão decididos a obter o posto que em justiça lhes corresponde como seres humanos e cidadãos*. Partindo da visão cristã sobre o ser humano, ele atesta que a crise racial nos Estados Unidos tem um impacto direto *na doutrina e na visão cristã*.

[1] Para uma versão da carta original em inglês, ver: https://s3.amazonaws.com/bc-ia-js-wordpress-uploads.bc.aws.avalonconsult.net/prod/wp-content/uploads/2018/12/21200025/1967_ArrupeInterracial.pdf. Para uma versão em espanhol, ver: ARRUPE, Pedro. "La crisis racial en Estados Unidos". In: _____. *La Iglesia de hoy y del futuro. Espanha: Mensajero; Sal Terrae, 1982, p. 291-302.*

[2] SILVA, Wilton Bruno Cardoso da. A luta pelos direitos civis nos Estados Unidos. *Revista Ibero-americana de Humanidades, Ciências e Eduacação-REASE*, São Paulo, v.7, n.9, set. 2021. Disponível em: https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2224.

Arrupe aponta que o processo histórico daquela sociedade se deu no contínuo *da escravidão constitucional, da segregação legal e da discriminação social*. Nesse contexto, como respondeu a Companhia de Jesus? Ele afirma: *é doloroso recordar que antes da guerra civil algumas casas dos jesuítas tinham em sua propriedade escravos negros. E também: é humilhante recordar que até pouco tempo atrás certo número de nossas instituições não admitiam negros. Agrega: é desagradável recordar que no presente algumas de nossas instituições tem realizado nada mais que uma simbólica integração do negro.* E conclui: *a história do nosso serviço ao negro estadunidense tem ficado muito longe do que tinha que ter sido. [...] Desgraçadamente, o nosso apostolado com os negros nos Estados Unidos dependeu principalmente da iniciativa individual (de jesuítas) e muito pouco tem sido realizado como um esforço institucional da Companhia.*

Partindo dessa retomada histórica, ele questiona: Será que a apatia com que os estadunidenses têm cumprido por meio da história a Declaração de Independência (que afirma a liberdade humana e a igualdade diante de Deus) tem tido o triste caminho paralelo de outra apatia: a de nossa Companhia para cumprir plenamente a doutrina cristã? Com essa pergunta, ele devolve aos jesuítas dos Estados Unidos possíveis razões da insuficiente entrega: não saber apreciar em sua totalidade as consequências práticas que encerram o conceito cristão (de ser humano); o ter aceitado sem atitude crítica certos moldes feitos e preconceitos em relação aos negros(as), adquiridos na juventude e que não tem sido eficazmente arrancados nos anos de formação na Companhia; o isolamento de muitos jesuítas das atuais condições de vida dos pobres, e, portanto, da maioria dos(as) negros(as); um inconsciente conformismo com a mentalidade discriminatória e os modos de atuar da comunidade branca que nos rodeia. E ainda: uma falta de suficiente compreensão de que, embora a Companhia de Jesus deve se entregar ao serviço de toda a humanidade, está especialmente dedicada ao serviço dos pobres de Cristo.

Com essas análises e provocações, o Padre Geral, que se notabilizou por conduzir a Companhia de Jesus nos anos de renovação inspirada no Concílio Vaticano II, apresenta um conjunto de princípios que deveriam inspirar e estruturar a ação apostólica dos jesuítas naquele contexto: **1) no governo provincial:** avaliar seriamente como os ministérios da Companhia, seus efetivos humanos e recursos podem estar à serviço da pobreza e da raça; **2) na formação:** formar os jesuítas, desde o noviciado, nos princípios da justiça e caridade social devendo os jesuítas em formação experimentarem os problemas práticos dos bairros pobres e da discriminação racial; **3) nos estudos:** formar jesuítas especialistas em relações raciais; **4) na promoção das vocações:** questionar a existência de poucos jesuítas negros: promover conscientemente essas vocações, inclusive dando aos candidatos as oportunidades prévias para se capacitarem a entrar na Companhia; **5) nos ministérios:** ensinar a justiça e a caridade inter-racial como parte integrante e vital de nossa fé, eliminando de nossos ministérios todo e qualquer vestígio de racismo; **6) na educação básica e superior:** promover a contratação de pessoas negras ou ajudar na sua formação para que sejam contratadas; usar nossa influência para dirigir e promover reuniões, seminários, círculos de estudos, aulas, conferências e outros meios semelhantes que tratem de problemas como a segregação na habitação, na igualdade de oportunidades para o trabalho, nas condições sanitárias e na reabilitação urbana; **7) nas paróquias:** que as pessoas negras sejam bem recebidas e participem plenamente de todas as atividades; que a justiça e a caridade com suas aplicações ao problema racial sejam um tema frequente nas pregações; **8) nas casas de retiros:** promover um cristianismo integral que inclua a perspectiva individual e social da moral cristã; **9) nos contratos de compra de bens e serviços:** contratar somente aquelas empresas que observam os cânones do trabalho justo; **10) na sociedade:** articular nossos esforços com todas as pessoas que estão dando uma resposta à causa da justiça e caridade inter-racial.

Arrupe parte da compreensão lúcida de que raça e racismo estruturam a sociedade estadunidense o que envolve uma questão ética e de fé. Passados 55 anos de sua carta e olhando a realidade brasileira, somos desafiados a reconhecer que princípios que inspirem uma sociedade plural e democrática como os que fundam a Constituição Brasileira de 1988, por si só, não garantem a mudança de práticas. Como também afirmou Arrupe, *o racismo, em todas as suas deploráveis manifestações[...] é objetivamente um dano moral e religioso. Portanto, nun-*

ca pode ser solucionado adequadamente por lei civis e por tribunais civis. Tem que estar também resolvido na consciência dos seres humanos.

Qual atitude ele exigiu dos jesuítas daquele tempo?

Os jesuítas estadunidenses não podem, não devem permanecer neutros.

Que respostas a gravidade da questão racial brasileira exige de nós?

A questão racial permanece uma urgência de ontem e um clamor de hoje. A caminhada do movimento negro brasileiro nos ajudou a identificar as profundas relações entre pobreza, desigualdade e raça[3], a desmascarar as estruturas perversas do racismo e a reconhecer que com racismo[4] não há democracia[5]. O movimento negro é educador da sociedade brasileira quando desconstrói o mito da democracia racial[6], aponta

a dimensão individual, institucional e estrutural do racismo[7] e mostra que os problemas da população negra (terra, moradia, trabalho, saúde, educação) tocam as questões axiais da sociedade brasileira. [8]

Partindo da problemática de fé levantada por Arrupe, devemos afirmar que nossa resposta precisa ser radical. Os negros(as) em nossa realidade são os mais pobres entre os pobres.[9] Se crer na América Latina significa optar pelos pobres,[10] inspirados pela espiritualidade inaciana, ser cristão e jesuíta no contexto brasileiro significa ser antirracista assumindo a obrigação moral de promover a justiça e combater o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e todas as formas de intolerância.[11] Nossos passos vêm de longe e seguiremos motivados na luta pelo exemplo das mulheres e homens, entre os quais alguns jesuítas, que em meio às contradições de seus tempos trabalharam contra a escravidão e pela justiça nas relações raciais.

[3] Ver: SOUZA, Jessé. *Como o racismo criou o Brasil*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

[4] Ver: BENTO, Cida. O *pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022; SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

[5] Ver o Manifesto "Com racismo, não há democracia" da Coalização Negra por Direitos: https://comracismonaohademocracia.org.br/

[6] Sobre o mito da democracia racial, ver: DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). *Diálogos Latinoamericanos,* 6(10), 16, 2005. Disponível em: https://tidsskrift.dk/dialogos/article/view/113653; FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 6.ed. São Paulo: Contracorrente, 2021; GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020; MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5.ed. São Paulo: Autêntica, 2019; NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

[7] Ver: ALMEIDA, Sílvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

[8] Ver: THEODORO, Mário. *A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

[9] Documento de Puebla, 34. Disponível em: https://pjmp.org/subsidios_arquivos/cnbb/Puebla-1979-3CELAM-PORTUGUES.pdf

[10] Partindo do Concílio Vaticano II, a Igreja na América Latina consolidou a fé de que ser Igreja dos pobres é uma nota característica da Igreja na América Latina. A partir de Medellín (1968), essa consciência ganhou corpo em Puebla (1979) e permanece em Aparecida (2007). No magistério de João Paulo II, essa expressão aparece nas encíclicas na *Laborens exercens*, 8/6 (1981), na *Sollicitudo rei socialis*, 42 (1987) e na Redemptoris Missio, 60 (1990). Bento XVI a retoma em Deus caritas est, 22 (2005) e Francisco a integra largamente em seu pontificado, como na *Evangelii Gaudium*, 48/187/197 (2013), por exemplo.

[11] Declaração e Programa de Ação da III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Disponível em: https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/declaracao_durban.pdf

ARTICULAÇÃO AFRO BRASIL-SJ E AS AÇÕES CONCRETAS DE LUTA ANTIRRACISTA

AFRO BRASIL - SJ

Nélia Nascimento
CEAS – Salvador(BA)

Pe. Isaías Gomes, *SJ*
Santo Inácio – Fortaleza(CE)

Márcio Danilo
Santo Inácio – Fortaleza(CE)

O *Sankofa* é um ideograma africano representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás ou também pela forma de duas voltas justapostas e espelhadas, lembrando um coração (muito comum de ser encontrado nos portões das casas em nossas periferias). A origem da palavra, em ganês, inclui os termos *san* (voltar, retornar), *ko* (ir) e *fa* (olhar, buscar e pegar). O *Sankofa* fundamenta nossas existências e ações, como um dos referenciais de continuação de nossa caminhada, entendemos que "nossos passos vêm de longe" e para Articulação Afro isto representa a nossa busca por ajudar a construir novas histórias em nossos espaços, sem esquecermos de quem esteve antes de nós. Em sintonia com o que dizia Abdias do Nascimento, fazemos um exercício para "retornar ao passado, para ressignificar o presente e construir o futuro".

Ao longo dessa caminhada, a Articulação Afro Brasil - SJ vem sendo um espaço de aproximação entre diversas pessoas que estão vinculadas à missão da Companhia de Jesus no país, com o intuito de favorecer o encontro, a partilha de vida e missão, a formação e reflexão sobre a questão étnico-racial e a luta contra o racismo na sociedade e em nossas instituições. Nessa direção, iniciamos um itinerário de formação, em 2020, no contexto da pandemia da Covid-19, promovendo um ciclo de rodas de conversa mensais, que abordaram um conjunto de temas relacionados ao nosso escopo, como: a formação do movimento negro no Brasil, o racismo estrutural, juventude negra, epistemicídio e epistemologia

negra, representação negra na política, os impactos psicossociais do racismo para população negra, espiritualidade e religiosidade afro-brasileira, educação para relações étnico raciais etc. O espaço das rodas de conversa, além de favorecer a reflexão e formação, consagrou-se nestes últimos três anos como um lugar de escuta, apoio, solidariedade e fortalecimento para as pessoas negras que também fazem a missão da Companhia de Jesus.

Com a perspectiva de ser uma articulação que fortalece, visibiliza os diversos núcleos e iniciativas sobre a temática nas obras jesuítas no país, a Articulação Afro tem sido uma rede diversa, com ampla representação de pessoas, obras e missão da Província, centros sociais, colégios, universidades, espaços MAGIS, paróquias e centros de espiritualidade. Neste sentido, estamos em sintonia com as orientações da Província, de configurar cada vez mais a nossa missão para uma cooperação em rede e entre redes.

Para além de uma incidência de formação, reflexão e luta contra o racismo na sociedade brasileira e em nossas instituições da Província, a Articulação Afro Brasil - SJ também participa do grupo CPAL Afro, do qual participam Centros e obras da Companhia que discutem questões sobre o racismo e a desigualdade racial na América Latina. Desde esses lugares, pretendemos ajudar na articulação da nossa missão e reflexão pautando o nosso compromisso evangélico na luta pela eliminação do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, estendendo nossas mãos a todos os grupos, coletivos, movimentos, pastorais e organizações que lutam contra toda forma de opressão e que estão a serviço da vida e da dignidade humana no Brasil, no continente americano e fora dele.

O protagonismo e a autonomia de cada obra e missão da Companhia na luta antirracista a fim de enfrentamento das violências são fundamentais nesse cenário político brasileiro e, para a Articulação Afro, fortalecer, contribuir e visibilizar essas ações é prioridade. Considerando isto, a pluralidade e diversidade de representação, neste último mês de outubro, realizamos o 1º Encontro Nacional da Articulação Afro Brasil - SJ, em Fortaleza (CE), com

participação das diversas redes que fazem a missão da Companhia no Brasil. Neste encontro, partilhamos sobre nossa vida, e como a projetamos em cada lugar em que estamos, pensamos na proposição de uma agenda institucional de ações e atividades que visem a superação de todas as formas de discriminação racial em nossas obras e frentes apostólicas.

Portanto, vale reforçar que a Articulação Afro Brasil - SJ não é uma obra ou ação institucional da Província, mas um grupo em que participam pessoas negras e outros indivíduos comprometidos com a luta antirracista, por adesão pessoal, ao mesmo tempo que são apoiadas pelas instituições onde atuam. Somos uma Articulação que tem alcançado, nos quatro anos de sua existência, espaços de representatividade e incidência a partir dos processos pessoais e coletivos que envolvem a missão da Companhia de Jesus no Brasil.

Nesse tempo, temos alcançado uma maturidade necessária, graças a adesão de muitos jesuítas e colaboradores, que estão atuando nas mais diversas redes da Província. Juntos construímos pontes institucionais, espaços de partilha e crescimento coletivo. Queremos ajudar a nossa missão, desde o local onde atuamos, a dar passos mais consistentes na superação do racismo institucional e estrutural, isso supõe romper com práticas e processos que não correspondem ao apelo que Jesus nos faz, de fazer acontecer um Reino em que todos tenham vida e tenham em abundância. Ainda é tempo de transformar nossa realidade ferida, para que sejamos uma comunidade reconciliada e propositiva contra o racismo e todo tipo de violência.

PORTANTO, A MAIS URGENTE PERGUNTA A SER FEITA NESTA VIDA É: O QUE FIZ HOJE PELOS OUTROS?

MARTIN LUTHER KING

ANTIRRACISMO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA

Camila Paixão
Orientadora educacional e coordenadora do Comitê de Educação Étnico-Racial e de Gênero do Colégio Antônio Vieira

Vanessa Araújo Correia
Coordenadora da Área Projeto de Vida e da Comissão Antirracismo do Colégio São Luís

Em janeiro de 2023, completam-se 20 anos da promulgação da Lei nº. 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Base (LDB) nº. 9.394/96 e regulamenta a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africanas e afro-brasileiras e da educação das relações raciais na educação básica. Em 2008, a Lei nº 11.645/08 também incluiu no currículo oficial a história e a cultura dos povos indígenas do Brasil.

Mais recente, a Lei nº. 12.711/12, conhecida como Lei de Cotas, estabeleceu a reserva de 50% das vagas oferecidas em instituições de Ensino Superior e Institutos Federais a candidatos que estudaram em escolas públicas, tenham renda familiar per capta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo e/ou sejam autodeclarados pretos, pardos ou indígenas. Na sequência, a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, obriga os entes federados a estabelecerem em seus planos subnacionais estratégias que considerem as necessidades específicas das comunidades indígenas e quilombolas, assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural (Art. 8, § 1º), além de propor em sua Meta 8 igualar a escolaridade média entre negros e não negros.

Esses marcos legais são resultado de um amplo e histórico esforço dos movimentos sociais de negros e negras que lograram construir uma agenda de combate ao racismo estrutural da sociedade brasileira. A despeito desses instrumentos legais e dos avanços institucionais de enfrentamento à discriminação racial, o desenvolvimento de uma educação mais representativa de todos os grupos sociais da sociedade brasileira ainda encontra obstáculos estruturais e sistêmicos, visíveis nas desvantagens educacionais acumuladas pela população negra e indígena.

De acordo com a PNAD Contínua da Educação (2019), 71,7% dos jovens que abandonaram a escola sem completar a educação básica são negros e o tempo de escolaridade média dos estudantes afrodescendentes é quase 2 anos a menos (8,6 anos) do que o de brancos (10,4 anos), que relataram entre os principais motivos para abandono escolar a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse nos estudos (29,2%). Além disso, enquanto a taxa de analfabetismo entre negros com mais de 15 anos de idade é de quase 10%, entre brancos o índice é de 3,6% de analfabetos.

Como aprendemos com o sociólogo Pierre Bourdieu, a escola e a educação oferecida por ela podem, em vez de produzir transformação social, garantir a reprodução e a perpetuação do status quo dominante, que em nosso caso refere-se a uma

sociedade estruturalmente racista. Desse modo, parece-nos necessário qualificar a educação, entendendo que o processo educativo, se resumido a uma transferência de saberes, não é transformador e replica a dinâmica de exclusão social.

Sem uma educação antirracista, o sistema escolar continuará a reproduzir as desigualdades estruturais e simbólicas que expulsam das escolas jovens negros, que não são apoiados por políticas de permanências, não desfrutam das vantagens do capital escolar, não se sentem representados entre seus docentes, nem em um currículo eurocentrado (o que, em parte, explica a falta de interesse em estudar).

Ademais, uma educação não comprometida com práticas pedagógicas e políticas antirracistas seguirá formando novos colaboradores de um sistema discriminatório, em vez de formar jovens engajados com sua superação a partir de uma visão de mundo plural.

A EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E A TRADIÇÃO EDUCATIVA JESUÍTA

Tendo como objetivo central a formação de homens e mulheres para e com os demais (ARRUPE, 1998), cada unidade educativa da Companhia de Jesus deve contribuir para desenvolver nos estudantes uma fé solidária que se manifesta no compromisso com a justiça social e atos concretos de solidariedade, que ajudem a "curar esse mundo ferido" (CG 36). Assim, as unidades da Rede Jesuíta de Educação sempre estiveram voltadas a sensibili-

zar estudantes e colaboradores a combaterem as discriminações e a comprometerem-se com uma sociedade que respeite e valorize a diversidade, tal como expresso no Projeto Educativo Comum (2021).

Reconhecendo que nem sempre fomos exitosos em tornar nossas comunidades educativas mais diversas e inclusivas e que enfrentar o racismo estrutural e as várias formas de discriminação exige decisões e ações contundentes, contínuas e explícitas, desde 2020 algumas unidades da Rede Jesuíta de Educação Básica (RJE), assim como outras escolas privadas no Brasil, assumiram de forma mais enfática seu compromisso com uma educação antirracista. É o caso dos colégios Antônio Vieira, São Luís, Diocesano Francisco de Sales,Diocesano Infantil e Santo Inácio do Rio de Janeiro (RJ) e Fortaleza (CE).

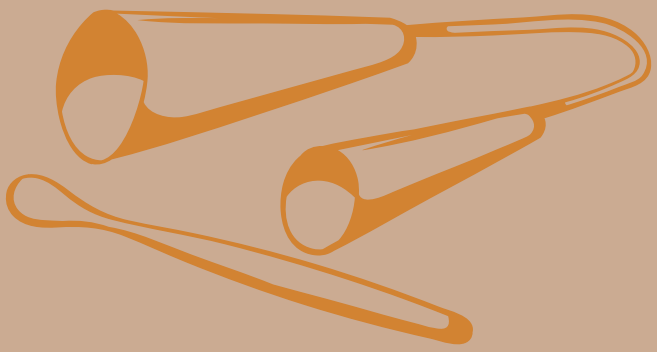
É preciso definir a educação antirracista como aquela que reconhece as múltiplas contribuições na construção da história e desenvolvimento da humanidade e atua afirmativamente para prevenir, superar e reparar as desigualdades étnico-raciais em todos os campos (do relacional ao curricular). Esse reconhecimento requer a adoção de práticas e estratégias de valorização da diversidade cultural e étnico-racial, o compromisso com a superação das desigualdades e violências raciais, desnaturalização de estereótipos que produzem subalternidade de determinadas etnias, ampliação do repertório histórico-cultural a partir da incorporação curricular de perspectivas filosóficas, personagens históricos e produção cultural e científica de negros(as) e indígenas que sofreram apagamento sistemático ao longo da história.

Nesse sentido, as unidades da RJE já mencionadas vêm adotando medidas acadêmicas e administrativas de combate e reparação de discriminação étnico-racial. O Colégio Antônio Vieira criou em 2020 um Comitê de Educação Étnico-Racial e de Gênero, com o intuito de realizar ações formativas específicas junto à comunidade educativa, além de sistematizar ações e práticas antirracistas e antissexistas. O Colégio São Luís, em 2021, a partir de uma interpelação vinda das famílias, declarou-se publicamente como instituição antirracista. Desde então, tem uma comissão antirracismo intersetorial e um grupo de trabalho composto por docentes de todos os segmentos, responsáveis por analisar, fortalecer e propor práticas e projetos de conscientização, prevenção e reparação de práticas discriminatórias. O Colégio Diocesano São Francisco de Sales e Diocesano Infantil declarou-se como instituição antirracista e criou um grupo de trabalho dedicado ao estudo e estruturação da mobilização para educação das relações étnico-raciais e de gênero.

As escolas da RJE, em suas realidades específicas, têm desenvolvido um conjunto de ações que visam ampliar o acesso à produção literária e científica de autores negros e indígenas, promover mudanças curriculares que garantam a representação positiva de grupos historicamente marginalizados, aumentar a diversidade étnico-racial no corpo discente, docente, administrativo e gestor, promover o letramento racial crítico de suas comunidades acadêmicas etc.

A complexidade do problema do racismo no Brasil tem gerado consequências que produzem impactos extremamente negativos na sociedade, impedindo avanços econômicos, tecnológicos, científicos e de desenvolvimento humano. Trata-se, portanto, de um fenômeno bastante importante, que deve evocar nosso mais intenso sentido de responsabilidade social. Pe. Arrupe, em 1967, em carta voltada aos jesuítas dos Estados Unidos e do mundo todo, alertava que o racismo violenta a visão evangélica de humano e que a justiça e a caridade interraciais são parte integrante e vital de nossa fé e nosso compromisso apostólico.

A educação antirracista, nesse sentido, é um elemento fundamental no combate ao racismo estrutural, à medida em que contribui para transformar não apenas cosmovisões e modos de pensar, mas para romper paradigmas coloniais de subalternidade intelectual, produtiva e criativa de povos historicamente dominados. Os esforços empreendidos em uma educação antirracista nas Unidades da RJE devem contemplar todas as transformações curriculares, administrativas e relacionais necessárias, de forma definitiva e radical. E devem, igualmente, levar ao engajamento público com a reivindicação de políticas públicas e transformações macrossociais, que modifiquem as desigualdades étnico-raciais que até aqui estruturaram a sociedade brasileira.



POLÍTICAS AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO NA SUPERAÇÃO DO ABISMO SOCIAL

Pós-doutorada em Feminismo Africano e Doutora em Serviço Social, a Prof. Valdenice José Raimundo é Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap). Na instituição de ensino jesuíta, ela também lidera o Grupo de Estudos e Pesquisas em Raça, Gênero e Políticas Públicas e integra o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígena. Ganhadora dos prêmios *Mulheres negras contam sua história*, concedido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), e *Guerreiras Tejucupapo*, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Valdenice tem também participação ativa da Articulação Afro Brasil-SJ. Em entrevista ao ***Em Compania***, ela fala sobre o papel da educação e de políticas afirmativas na reparação de injustiças e superação da desigualdade social.

As políticas afirmativas foram e continuam sendo estratégicas para a reparação de injustiças e superação da desigualdade social em vários países. No contexto histórico brasileiro, por que as políticas afirmativas se fazem ainda mais necessárias?

Não podemos negar que o racismo é um componente determinante das relações sociais no Brasil. Logo, a aplicabilidade das políticas afirmativas é uma iniciativa que vai na contramão de uma relação que nega à população negra o acesso e a garantia de direitos. Para se afirmar como um país democrático, se faz necessário o enfrentamento ao racismo e as políticas afirmativas são um caminho para isto. Um caminho indicado pelo movimento negro, desde a década de 1930. Nos últimos anos as práticas racistas tomaram grandes proporções, aprofundando o racismo em suas diversas manifestações: racismo ambiental, racismo institucional. Sendo assim, em um momento de aprofundamento das desigualdades raciais, as políticas se fazem ainda mais necessárias.

Qual deve ser o papel das universidades para a concretização dessas políticas afirmativas?

As universidades, enquanto espaço de formação, têm papel importantíssimo de orientar, capacitar, qualificar pessoas competentes e produzir novos saberes. Portanto, essa formação precisa ser fundamentada em princípios e valores, a partir dos quais as pessoas possam estar aptas a conviverem de forma respeitosa com negros, indígenas e ciganos. É importante no processo de aprimorar novos aprendi-

"AS UNIVERSIDADES, ENQUANTO ESPAÇO DE FORMAÇÃO, TÊM UM PAPEL IMPORTANTÍSSIMO DE QUE É ORIENTAR, CAPACITAR, QUALIFICAR PESSOAS COMPETENTES E PRODUZIR NOVOS SABERES. PORTANTO, ESSA FORMAÇÃO PRECISA SER FUNDAMENTADA EM PRINCÍPIOS E VALORES, A PARTIR DOS QUAIS AS PESSOAS POSSAM ESTAR APTAS A CONVIVEREM DE FORMA RESPEITOSA COM NEGROS, INDÍGENAS, E CIGANOS."

zados que os (as) estudantes tenham conhecimento dos conteúdos propostos pelas leis: 10639/03 e 11645/08, por pautarem questões emblemáticas para compreensão das desigualdades raciais. É imprescindível que os profissionais saiam da universidade, entendendo que irão lidar com uma diversidade de pessoas e que TODAS são dignas de respeito. O racismo é a negação dos valores democráticos e dos princípios enraizados na dignidade, no respeito e, sobretudo, na valorização da vida humana.

Nos últimos tempos, a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) concedeu mais de 500 bolsas para as populações negra e indígena. Conte-nos um pouco mais sobre essa ação e sua importância para essas populações.

Em 2019 e 2020, a Unicap lançou editais de Inclusão Racial. Foram inciativas em diálogo com o Neabi, que, enquanto núcleo, está vinculado ao Instituto Humanitas (IHU). Foi uma experiência riquíssima, pois a entrada de negros e indígenas promoveu uma reparação que é histórica. Historicamente, negros e indígenas, por serem na sua maioria pobres, estiveram fora ou acessaram com muita dificuldade o ensino superior. Isso levou muitos a acreditarem que o ensino superior, ou seja, o acesso à universidade não era para eles. Garantir o acesso ao ensino superior quebra falácias como essas e contribui para formação de homens e mulheres que terão sensibilidade por terem compromisso com a ancestralidade, contribui, ainda, para novos temas de pesquisas etc. É difícil prospectar o que ocorre quando a justiça se instala.

Além dessas bolsas, a Unicap tem pensado em conceder bolsa permanência a esses alunos. Qual o objetivo dessa medida?

Como mencionei acima, negros e indígenas encontram-se entre os mais pobres da população brasileira. A chegada dos (as) bolsistas fez emergir temas e situações que precisaram de atenção. A chegada em uma quantidade expressiva jogou luz sobre questões que não poderiam ser ignoradas. Podemos destacar: a necessidade de uma Política de Enfrentamento ao Racismo Institucional – diante disto se formou um Grupo de Trabalho (GT) para propor a política; a necessidade de as escolas refletirem o acolhimento e organizarem ações que contribuíssem com o enfrentamento a práticas racistas - as escolas promoveram diversas ações; a promoção do Ano da Consciência Negra – 2021; a entrega de títulos de Doutor (a) Honoris Causa, dentre outros.

"TEMOS DIVERSOS BENEFÍCIOS, POIS A CONVIVÊNCIA RESPEITOSA COM PESSOAS DE OUTRAS CRENÇAS, RAÇAS, DE DIFERENTES ORIENTAÇÕES SEXUAIS, POSSIBILITA UM OLHAR MAIS AMPLIADO DO HUMANO".

Por meio dessas bolsas, a Unicap aumentou a diversidade dentro das salas de aula. E quais os benefícios que essa diversidade tem trazido para a comunidade acadêmica como um todo?

Temos diversos benefícios, pois a convivência respeitosa com pessoas de outras crenças, raças, de diferentes orientações sexuais, possibilita um olhar mais ampliado do humano. Contudo, quando esse olhar é contaminado pelo racismo, vemos muito mais desafios que benefícios. É importante garantir o que já conquistamos e continuar lutando pelo que ainda precisamos avançar, mas é importante destacar que não basta simplesmente e apenas reconhecer a existência do racismo, é importante construir estratégias para seu enfrentamento e superação. É isto que qualifica uma instituição como antirracista. Este tem sido o esforço da Universidade Católica de Pernambuco.

RESGATE E VALORIZAÇÃO DA ANCESTRALIDADE E DOS SABERES AFRO-INDÍGENAS

Cientista da Religião e Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais, Juscelio Pantoja coordena, atualmente, o Centro Alternativo de Cultura (CAC), que tem, entre as linhas de ação, o resgate e a valorização da ancestralidade e dos saberes afro-indígenas. Com mais de 30 anos de existência, a instituição conta, hoje, com 60 educadores populares voluntários, para atender diretamente 250 crianças e adolescentes, 150 famílias, em 10 comunidades periféricas, ribeirinhas e quilombolas de Belém, Ananindeua e Barcarena (municípios do Pará). Conheça, a seguir, um pouco mais desse importante trabalho.

Qual a importância do trabalho de resgate e valorização da ancestralidade e dos saberes afro-indígenas realizado pelo Centro Alternativo de Cultura (CAC)?

O Centro Alternativo de Cultura (CAC) acredita que o trabalho realizado hoje é uma construção bem anterior. É fruto do conhecimento acumulado por nossos antepassados e repassado de geração a geração, o que nos ajuda a compreender de onde viemos, quem somos, as causas que assumimos e, sobretudo, nossa missão com a infância na Amazônia.

O trabalho do CAC é importante porque possibilita o reconhecimento e a valorização dos povos que viveram antes nesse território amazônico. Os saberes, a luta e a resistência são heranças muito importantes deixadas para nós e precisam ser compreendidas pelas pessoas que passam pelo Centro, pois o trabalho de base realizado está profundamente enraizado nas periferias, local onde pessoas ainda hoje lutam e resistem a cada dia, principalmente a infância e as mulheres. Assim, queremos continuar aprendendo e ajudando a transmitir conhecimentos e sentidos em nossos projetos, atividades e na integralidade de nossas vidas.

Esse resgate e valorização da ancestralidade afro-indígena está ligado à Educação Popular, presente na atuação do CAC? Como isso se dá na prática?

O fenômeno religioso é um elemento que perpassa a vida e várias áreas de interesse do ser, e a educação popular Freiriana nos traz a reflexão acerca de nossa realidade e de nossos caminhos, portanto, não estão dissociados, ou não deveriam estar. Trabalhamos com uma visão de religiosidades que vai além dos paradigmas e dogmas: o objetivo aqui é a formação de crianças e adolescentes que conheçam e respeitem as diferenças, que entendam e enxerguem sua realidade, as belezas e queixas de um local. Mas que também se segurem sempre naquilo há e precisa haver em cada ser, em cada

cultura, sendo um canal de anúncio das boas-novas e de denúncia do que precisa ser refletido e melhorado.

Trazemos a religiosidade e mística Amazônica, que tem como ponto principal o respeito pela natureza, seus animais e seus povos, suas diversidades e cores. Nossas atividades têm como objetivo a valorização do ser humano e da natureza, entendendo-nos como parte integrante desse todo e a ancestralidade está contida no saber e conhecer o local que nascemos, crescemos e vivemos e em reconhecer os que nos antecederam, nos trouxeram e caminharam para que hoje pudéssemos estar aqui. Inspira-nos muito uma das frases que marca a Encíclica *Laudato Si'* e o pontificado de Francisco: "tudo está interligado".

Na prática, o resgate da ancestralidade afro-indígena incide na compreensão de que nossos saberes e vivências são heranças culturais, espirituais e ecológicas deixadas não somente por nossos parentes do seio familiar. Carregamos conosco, e em nós, retalhos de histórias e memórias de mulheres e homens que individual e coletivamente nutriam e nutrem um jeito de ser e de viver em profunda relação com a natureza e com o cosmo. Essas histórias e memórias estão fortemente ligadas às formas não apenas de sobrevivência, mas de criatividade ativa que marcaram e marcam os povos que nos atravessam e as comunidades que conseguimos alcançar. A Educação Popular é fundamental aqui, já que se fundamenta no diálogo, que pressupõe escutas e falas de forma democrática, coletiva e justa, proporciona a horizontalização dos saberes, permite compreender que podemos aprender com os mais velhos, com as crianças e com a natureza.

Como a espiritualidade inaciana dialoga com os saberes ancestrais afro-indígenas?

A espiritualidade é a reflexão, o sentir, o dialogar com você e com o outro. É experenciar o divino em suas mais diversas formas e nomes. E a espiritualidade inaciana nos traz o conhecer pelo amor, o exercício de olhar, contemplar, refletir... que não se diferencia da espiritualidade indígena e afro-brasileira, que nos coloca em conexão com o sentir a natureza, o respeito pela ancestralidade, com foco no melhor que podemos ser para nós e para os outros. É aquele "ir para o Céu através da terra" no qual nos inspira Teilhard de Chardin (padre jesuíta, teólogo, filósofo e paleontólogo francês), isto é, uma espiritualidade encarnada que não se desconecta do mundo, de seus dramas e de suas belezas: do mundo enquanto mistério a ser contemplado.

De que maneira o CAC tem trabalhado o diálogo inter-religioso como o Papa Francisco pede?

"O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu". (FREIRE, 2014, p.109).

O CAC atua com muito respeito no diálogo inter-religioso por meio da presença de educadores populares voluntários, crianças e adolescentes e parceiros na missão de diversas religiões e religiosidades. Sempre agregando em suas atividades a diversidade de conhecimentos, respeito e, principalmente, o amor pelo trabalho e defesa das crianças, mulheres e povos da periferia, quilombolas e ribeirinhos.

Essa busca de Deus vivida na fraternidade de que fala o Papa Francisco é exatamente esse trabalho de diálogo e convivência respeitosa, reconhecendo o eu e o outro como fontes do sagrado, independente do seu nome e seu rezar.

O diálogo inter-religioso é uma experiência que nos proporciona muitos aprendizados, por meio das trocas de saberes que somos convidados a fazer no convívio com diferentes irmãs e irmãos como uma família fraterna, que mesmo diversa, dialoga e se ama. Trabalhamos para que esse diálogo torne-se leve a ponto de que não seja mais um "trabalho" no sentido forçoso do termo, mas uma doce convivência entre irmãs e irmãos.

Conte-nos um pouco do Retiro Ecológico Inter-religioso e como ele permeia a atuação do CAC.

O Retiro Ecológico Inter-religioso é um momento de formação e encontro, com reflexões, memórias, cuidado e espiritualidades, sempre em ciranda, diálogo circular e de respeito, com o outro e com sua própria presença e sentidos. A partir das místicas, orações e reflexões, agregamos as histórias e vivências muito mais do que apenas um conto, ou um ponto de vista. Juntamos pessoas dispostas a conviver em harmonia, amor e encantamento, em meio à natureza, tocando o solo, sentindo o vento, se reconhecendo como irmãos e irmãs.

Lideranças, educadores populares voluntários, arte educadores, crianças, idosos... todos são convidados e convidadas a participar conosco de três a quatro dias de momentos orantes, danças, partilhas, silêncios e vivências que perpassam todas as religiões e espiritualidades diversas e presentes no espaço. Proporcionamos a todas e todos a possibilidade de conhecer e sentir o sagrado, independente do nome que ele ou ela tenha.

O CAC é esse centro social, de formação e assessoramento, casa de todos os povos, ciranda do brincar, dançar, rezar, aprender, ensinar, partilhar, ser o que se é, sem limitações de nome, religião, cores, tamanhos, idades... Onde todas e todos são bem-vindas e bem-vindos, onde se abraça com força, ri e chora junto, sonha em comunhão e caminha no esperançar de um presente e futuro com mais respeito e amor.

Articulação

AFRO BRASIL-SJ

AÇÕES NA PROVÍNCIA DOS JESUÍTAS DO BRASIL

BELÉM (PA)

Centro Alternativo de Cultura (CAC)

Há 30 anos, o CAC desenvolve nas periferias urbanas de Belém, e em comunidades ribeirinhas, quilombolas, indígenas e assentadas, processos educativos humanizadores, transformadores e emancipatórios com crianças e adolescentes, famílias, lideranças comunitárias, e educadores populares. Com essas ações, o Centro busca fortalecer a autonomia e a cidadania, baseando-se na Educação Popular Freiriana (Paulo Freire) e na Pedagogia Inaciana para a defesa da vida e promoção da justiça socioambiental. O CAC assessora mais de 80 educadores populares voluntários, que atendem diretamente 400 crianças e adolescentes, de 200 famílias, em dez comunidades.

BELO HORIZONTE (MG)

Filosofado da Companhia de Jesus

A partir das casas de formação da Companhia de Jesus no Brasil, um conjunto de estudantes jesuítas brasileiros integra as equipes de estruturação da Articulação Afro Brasil-SJ, promovendo a reflexão e o diálogo sobre a questão étnico-racial a partir da formação da Companhia de Jesus. Eles integram as equipes de mobilização e comunicação da Articulação, com o objetivo de favorecer espaços internos para a problematização da questão racial na Companhia.

BRASÍLIA (DF)

Centro MAGIS Burnier

Dedicado à formação, acompanhamento, articulação e irradiação do trabalho com jovens, o Centro tem a missão de acolher as juventudes e colaborar em seu processo de formação integral, por meio de experiências de autoconhecimento, de amadurecimento da fé e de compromisso com a sociedade. Nessa linha, tem realizado iniciativas para a formação cidadã e a consciência política das juventudes e a promoção da luta antirracista.

Observatório Dom Luciano Mendes de Almeida (Olma)

O Olma é um núcleo organizador de instituições e iniciativas focadas em temáticas comuns ligadas à promoção da justiça socioambiental da Rede Jesuíta. Foi criado para observar em profundidade as grandes questões emergentes da realidade conflitiva e contraditória, em vários âmbitos e territórios. Além disso, se propõe a desenvolver ações de documentação, sistematização, reflexão, formação e articulação de forma a colocar em sinergia todo o potencial acumulado na Rede Jesuíta, buscando, sobretudo, uma interlocução contínua com os diversos atores dentro e fora da Igreja. Tem como uma de suas áreas de ação a educação para as relações étnico-raciais. A Articulação Afro Brasil-SJ vincula-se diretamente ao Olma em sua ação apostólica.

CURITIBA (PR)

Centro de Promoção de Agentes de Transformação (Cepat)

Há anos, o Cepat promove espaços de troca de saberes e vivências a partir de temas essenciais que concernem às relações étnico-raciais no Brasil e em favor da luta antirracista. As iniciativas buscam fomentar novas práticas sociais para a superação do racismo, o acesso aos direitos da cidadania e o protagonismo da população negra em uma sociedade desigual.

CAPIM GROSSO (BA)

Escola Família Agrícola de Jaboticaba (Efaj) – Fundação Fé e Alegria

A escola tem por missão promover a educação integral de jovens e adultos de famílias agricultoras, desenvolvendo atividades educacionais amplas, preservando e resgatando valores históricos e culturais. Atualmente, a Efaj atende 244 adolescentes e jovens em regime de semi-internato e oferece os cursos de Ensino Fundamental, para as turmas de 8º e 9º anos, e de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária Integrada ao Ensino Médio, para turmas de 1º a 4º ano. As disciplinas disponibilizam componentes curriculares como Agricultura, Administração e Engenharia Rural, Irrigação, Desenho e Topografia, entre outras, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

FEIRA DE SANTANA (BA)

Escola João Paulo II

Localizada em Feira de Santana (BA), a Escola oferece Ensino Fundamental – anos iniciais 1º ao 5º- e Educação Infantil. A Escola fica em um bairro pobre, majoritariamente negro, e atende as crianças do entorno.

Noviciado Nossa Senhora da Graça

A partir das casas de formação da Companhia de Jesus no Brasil, um conjunto de estudantes jesuítas integram as equipes de estruturação da Articulação Afro Brasil-SJ, promovendo a reflexão e o diálogo sobre a questão étnico-racial a partir da formação da Companhia de Jesus. Nesse caso particular, os noviços participam dos debates e integram a Articulação.

FORTALEZA (CE)

Centro MAGIS Inaciano da Juventude (CIJ)

O Centro busca ser referência junto às juventudes em seu processo de formação humana, favorecendo o discernimento em sua atuação crítica no meio eclesial e social.

Colégio Santo Inácio

O Colégio conta com a presença de um dos jovens que ajudam a coordenar a Articulação Afro Brasil-SJ nacionalmente. A intenção é iniciar um diálogo para a consolidação do Colégio como parte da Articulação.

JOÃO PESSOA (PB)

Instituto Humanitas Paraíba

O Instituto busca contribuir para o desenvolvimento humano e social da região. Para isso, tem desenvolvido atividades na área da espiritualidade, da promoção da justiça, da luta antirracista e da consciência cidadã.

PORTO ALEGRE (RS)

Núcleo local Articulação Afro Colégio Anchieta

Impulsionado por professores que integram a Articulação, foi criado um pequeno núcleo da Articulação Afro Brasil-SJ no Colégio Anchieta, que visa refletir e desenvolver ações para a promoção das relações étnico-raciais.

RECIFE (PE)

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi) Unicap

O Núcleo foi criado com o objetivo de articular e promover atividades de ensino, pesquisa e extensão, de caráter interdisciplinar, voltadas para avaliação e acompanhamento da implantação do parecer CNE/CP 003/2004 da resolução 001/2004, que trata das Diretrizes Curriculares para a Educação e Relações Étnico-raciais e Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira e Indígena, bem como do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares.

Instituto Humanitas Unicap

O Instituto Humanitas Unicap tem como objetivo principal estabelecer um espaço de reflexão nas fronteiras do conhecimento e ser um canal aberto no diálogo com a cultura e a sociedade. Ele busca associar-se a uma concepção de ensino segundo a qual a missão da universidade compreende três níveis intimamente entrelaçados: compreender a realidade, responsabilizar-se por ela e nela intervir como um instrumento de efetiva transformação social. Entre seus polos temáticos está a questão étnico-racial. O IHU-Unicap certifica as atividades de formação da Articulação Afro.

RIO DE JANEIRO (RJ)

Núcleo Interdisciplinar de Reflexão e Memória Afrodescendente da PUC-Rio (Nirema)

A criação do Nirema traduz o interesse da PUC-Rio em aprofundar estudos acadêmicos sobre os aspectos históricos e socioculturais afrodescendentes, numa perspectiva comparada, que leve a uma maior reflexão a respeito das atuais condições das relações raciais em ambos os países. A constituição do Nirema responde, ainda, à necessidade de agregar reflexão acadêmica sistemática à prática de inclusão dos estudantes afrodescendentes no ensino superior brasileiro, na qual a PUC-Rio se destaca como pioneira e como uma referência nacional, contando com uma experiência acumulada de 10 anos, bem como de promover a divulgação desta iniciativa junto aos meios culturais e acadêmicos nacionais e internacionais.

Pastoral Universitária Anchieta PUC-Rio

A Pastoral Universitária da PUC-Rio busca fomentar valores éticos, humanos e cristãos na juventude universitária por meio de seus projetos. A missão é contribuir para a formação do futuro profissional, não somente no âmbito acadêmico, mas como cidadãos e seres humanos, orientando o mesmo em seu projeto de vida.

Colégio Santo Inácio

O Colégio Santo Inácio é uma obra educativa da Companhia de Jesus no Rio de Janeiro que tem tentado dar respostas aos desafios da cultura racista na qual estamos inseridos, por meio da formação docente e do fortalecimento de práticas educativas. O Colégio oferece bolsas de estudos, todos os anos, a alunos que frequentam o Centro Educativo Padre Agostinho Castejón (Cepac), localizado no morro Dona Marta, em Botafogo, que é parte das obras de Companhia de Jesus. O grupo é formado, em sua maioria, por alunos negros ou pardos. Em alguns anos, promovemos o diálogo entre diferentes religiões no nosso Colégio, por meio de mesa redonda, com a participação efetiva dos nossos alunos do Ensino Médio. Nessa ocasião, as religiões de matrizes africanas são contempladas e sempre seus representantes trazem contribuições importantes ao debate. Em processos seletivos, o Colégio tem buscado valorizar a presença de professores e outros profissionais negros ou pardos. Em algumas séries, convidamos autores negros para falar sobre suas obras, que em geral tratam da temática da negritude, em diferentes etapas da vida escolar dos nossos alunos.

SALVADOR (BA)

Comitê Educação Étnico-Racial e de Gênero do Colégio Antônio Vieira

O Comitê trabalha no sentido de elaborar e executar, junto à comunidade vieirense, estudos e estratégias fundantes, que visem potencializar o entendimento e as práticas de uma educação antirracista e antimisógina, embasadas nas leis vigentes e nos pressupostos preconizados pela Companhia de Jesus.

Centro de Estudos e Ação Social (Ceas)

Associação sem fins lucrativos fundada pela Companhia de Jesus em 1967, o Ceas é atualmente é integrado por uma equipe multidisciplinar. O trabalho político-educativo que o Centro desenvolve, junto a comunidades e movimentos sociais de diferentes regiões da Bahia, tem como eixo fundamental o fortalecimento da autonomia e da organização desses grupos populares. Essa atuação é dedicada à transformação da realidade social, com o objetivo de combater a desigualdade social e as mais distintas opressões às quais está submetida a maioria da população brasileira. Atua diretamente com organizações, movimentos e coletivos ligados à luta pela moradia no campo e na cidade, à auto-organização popular, à luta pela soberania alimentar e formação da consciência política e da geração de renda, especialmente com as populações empobrecidas e negras da cidade de Salvador e do sul e sudoeste da Bahia.

Serviço Inaciano de Espiritualidade (Sies)

O Serviço Inaciano de Espiritualidade conta com uma larga trajetória de tentativa de construção de diálogo com as espiritualidades e religiões afro-brasileiras na cidade de Salvador (BA). De modo especial, conta com uma articulação com a Irmandade do Rosário dos Homens e Mulheres Pretos.

SÃO LEOPOLDO (RS)

Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (Neabi – Unisinos)

O Neabi constitui-se em um espaço acadêmico e de interface com a comunidade no qual se realizam atividades programadas, como estudos, pesquisas, documentação e produção de textos. Além disso, produz materiais, cursos, seminários, conferências e faz a divulgação de ações afirmativas, diretamente ou por meio de assessoria e apoio, dentro da temática da educação das relações étnico-raciais.

SÃO PAULO (SP)

Colégio São Luís

O Colégio São Luís tem dado passos na implementação de medidas de equidade étnico-racial, ampliando ações que garantam o direito dos estudantes de conhecer as histórias e culturas afro-brasileiras e que incrementem a adoção de estratégias pedagógico-administrativas de valorização da diversidade étnico-cultural. Além disso, interessado em fomentar um esforço conjunto com toda a comunidade educativa, o CSL estabelece uma interlocução regular com o Coletivo Antirracista de Mães, Pais e Responsáveis. Declarando-se como um colégio antirracista, possui uma Comissão Antirracismo que atua na reflexão e promoção de ações na instituição de ensino.

Centro Magis Anchietanum

Dedicado à formação e ao acompanhamento da juventude, *Anchietanum* acolhe, acompanha e forma o jovem, sobretudo o empobrecido, por meio da mística dos Exercícios Espirituais, provocando processos de crescimento humano, espiritual, cultural e sociopolítico. O Centro está, ainda, comprometido com a defesa da vida dos jovens, por meio da articulação dos trabalhos com esse público na Companhia de Jesus no Brasil e em outras redes eclesiais e sociais.

AFRO BRASIL - SJ

TERESINA (PI)

Colégio Diocesano

O Colégio integra a Articulação Afro por meio de diversos colaboradores e está no processo de criação do seu próprio comitê para discutir e fomentar as questões referentes às relações étnico-raciais e de gênero. Essa iniciativa já é fruto do trabalho da Articulação e do envolvimento local dos membros.

Espaço MAGIS Teresina

O Espaço MAGIS Teresina tem trabalhado junto às juventudes para promover atividades de sensibilização e formação para as questões étnico-raciais, especialmente no diálogo com a cultura e as expressões religiosas afro-brasileiras.

BRASIL

Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR Brasil)

Presente em várias cidades, a instituição atua em favor de um maior acolhimento e hospitalidade da sociedade brasileira aos migrantes e refugiados, promovendo e protegendo sua dignidade e direitos, além de acompanhar seu processo de inclusão e autonomia. No Brasil, tem desenvolvido trabalhos especialmente voltados para os(as) migrantes negros(as) como forma de empoderamento, inserção, emancipação financeira e laboral, bem como de reconstrução das oportunidades *de vida. Entre as suas ações, destaca-se a campanha Todas Importam: Igualdade de Oportunidade para Mulheres Migrantes e Refugiadas Negras,* que se propõe a endossar as ações nas áreas de gênero, raça, representatividade e afirmação e destina-se à execução de ações de intervenção social, cursos de qualificação e prática profissional direcionadas preferencialmente à mulheres negras migrantes e refugiadas.

RAIO-X DA QUESTÃO RACIAL NO BRASIL

Para compreender a situação atual do racismo estrutural e institucional, com suas graves consequências, é importante olhar para alguns dados. Por trás desses números estão pessoas negras privadas do acesso igualitário à saúde, alimentação, educação e cultura, itens básicos para estarem que, além de mostrar o panorama nacional, dialogam com as Preferências Apostólicas Universais da Companhia de Jesus:

- Em sua história, desde a colonização pelos portugueses, o Brasil viveu por mais de **300 ANOS EM UM SISTEMA DE TRABALHO ESCRAVISTA** (de 1500 a 1888).
- Apenas **134 ANOS SEPARAM A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA**, em 1888, dos dias de hoje.
- Dados do IBGE mostram que **OS PRETOS OU PARDOS REPRESENTAM 56,1% DA POPULAÇÃO**, enquanto os brancos são 43%.
- O **BRASIL TEM A MAIOR POPULAÇÃO NEGRA FORA DA ÁFRICA**. De acordo com o *Institute for Cultural Diplomacy (IDC)*, o país fica à frente dos Estados Unidos, Colômbia e Haiti. Conforme último censo do IBGE, o país tem mais de 96 milhões de pretos e pardos.

Segunda Preferência Apostólica Universal

O racismo estrutural faz com que a população negra no Brasil esteja diretamente exposta a várias formas de vulnerabilidade, como pobreza, violência, dificuldade de acesso à saúde e à educação, que leva à exclusão e precarização das oportunidades de trabalho. Uma triste realidade que nos conecta ao que nos pede a Segunda Preferência Apostólica Universal da Companhia de Jesus: **CAMINHAR COM OS POBRES, OS DESCARTADOS PELO MUNDO, OS VULNERADOS EM SUA DIGNIDADE, NUMA MISSÃO DE RECONCILIAÇÃO E JUSTIÇA.**

- **75% DA PARCELA MAIS POBRE DO PAÍS É COMPOSTA POR NEGROS**, segundo dados do IBGE.
- De acordo com estudo realizado pelo Instituto Sou da Paz, **HOMENS NEGROS TÊM 3,5 MAIS CHANCES DE SEREM ASSASSINADOS DO QUE OS BRANCOS** no Brasil.
- Uma pesquisa realizada pela consultoria Indique Uma Preta e pela empresa Box1824 mostrou que **APENAS 8% DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS OCUPAM CARGOS DE LIDERANÇA NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL.**

Terceira Preferência Apostólica Universal

A juventude negra é impactada diariamente pelas perversidades produzidas pelo racismo estrutural. Portanto, se quisermos mudar o cenário de desigualdade racial no Brasil, é urgente entendermos como os números reforçam a necessidade de agir pelos jovens pretos e pardos do país, em consonância com a Terceira Preferência Apostólica Universal, que busca **ACOMPANHAR OS JOVENS NA CRIAÇÃO DE UM FUTURO CHEIO DE ESPERANÇA**.

- Dados da Pnad Contínua da Educação 2019, pesquisa realizada pelo IBGE, revelam que **71,7% DOS JOVENS DE 14 A 29 ANOS QUE ABANDONARAM A ESCOLA** são negros.
- De acordo com a mesma pesquisa, a **TAXA DE ANALFABETISMO NO BRASIL É TRÊS VEZES MAIOR** entre negros do que entre brancos.
- **A CADA 23 MINUTOS MORRE UM JOVEM NEGRO**, de 15 a 29 anos, conforme divulgado na campanha Vidas Negras, da ONU (Organização das Nações Unidas).

Quarta Preferência Apostólica Universal

A Quarta Preferência Apostólica da Companhia de Jesus, que nos chama a **COLABORAR COM O CUIDADO DA CASA COMUM**, também está presente quando se fala em racismo estrutural. Isso porque a falta de cuidado com o planeta - e com aqueles que o habitam - é sentida ainda mais pela população negra.

- De acordo com estudo do Instituto Trata Brasil, a falta de saneamento básico atinge mais a população negra. Cerca de **43,2%** dos pretos e pardos sofrem com a **FALTA DE SISTEMA DE COLETA DE ESGOTO**, enquanto **34,2% NÃO TÊM ACESSO REGULAR À ÁGUA TRATADA**. Entre os brancos, esses percentuais são 29,8% e 22,5%, respectivamente.
- Segundo o informativo de Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do IBGE, os negros são a **MAIOR PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO QUE MORA EM DOMICÍLIOS SEM COLETA DE LIXO (12,5%**, contra 6% da população branca) e **SEM ABASTECIMENTO DE ÁGUA POR REDE GERAL (17,9%**, contra 11,5% dos brancos).

O RACISMO SUTIL POR TRÁS DAS PALAVRAS

A DAR COM PAU

ORIGEM

Expressão originou nos navios negreiros, quando escravizados negavam-se a comer durante a travessia até o Brasil, pois preferiam morrer a serem escravizados. Estes eram alimentados à força, por uma espécie de colher que lhe era colocada na boca e se jogava a comida.

SUBSTITUIÇÃO

BASTANTE

FEITO NAS COXAS

ORIGEM

Antigamente, as telhas das casas eram moldadas nas coxas dos escravizados e como eles tinham corpos diferentes, as telhas não ficavam no mesmo formato e, por isso, estariam malfeitas por ficarem irregulares e mal encaixadas..

SUBSTITUIÇÃO

MAL FEITO

MULATO(A)

ORIGEM

A palavra se refere à mula, um animal originado do cruzamento de burro com égua. Na época da escravização, muitas escravizadas eram abusadas pelos "senhores" e acabavam engravidando. Os filhos eram chamados de mulatos por serem o resultado do cruzamento de um homem branco com uma mulher negra. Torna- se ainda mais pejorativa quando se diz "mulata tipo exportação".

SUBSTITUIÇÃO

PARDO(A)

CRIADO MUDO

ORIGEM

Era o escravizado que ficava em pé, ao lado da cama a noite inteira em silêncio, normalmente segurando água e objetos para servir os "senhores".

SUBSTITUIÇÃO

MESA DE CABECEIRA

NEGRA(O) DE TRAÇOS FINOS/ BELEZA EXÓTICA/ NEGRA(O) BONITA(O)

ORIGEM

A mesma lógica do clareamento, tratando o que está fora da estética eurocêntrica como incomum, ou a beleza mais próxima a essa estética como bonita.

SUBSTITUIÇÃO

BONITA(O)

TEM CAROÇO NESSE ANGU

ORIGEM

A expressão possui origem em um truque realizado pelos escravizados para melhor se alimentarem. Quando o prato era composto de angu de fubá, o que acontecia com frequência, a escravizada que lhes servia por vezes conseguia esconder um pedaço de carne ou alguns torresmos embaixo do angu.

SUBSTITUIÇÃO

AÍ TEM COISA!

CABELO RUIM/ DURO/ PIXAIM CABELO DE PALHA DE AÇO

ORIGEM

Termos depreciativos ao cabelo afro, negando a beleza existente.

SUBSTITUIÇÃO

CABELO AFRO, CRESPO, CACHEADO

MEIA-TIGELA

ORIGEM

A expressão vem da época da escravidão. Quando os escravos faziam o serviço ao agrado do dono, recebiam uma tigela cheia de comida e, aqueles que não faziam, recebiam a tigela pela metade, significando que o trabalho estava mal feito.

SUBSTITUIÇÃO

MAL FEITO, MEDÍOCRE

DOMÉSTICA

ORIGEM

O termo tem origem nas mulheres negras que trabalhavam dentro da casa das famílias brancas e eram consideradas domesticadas. Isso porque os negros eram vistos como animais e por isso precisavam ser domados.

SUBSTITUIÇÃO

TRABALHADORA/ FUNCIONÁRIA/ SECRETÁRIA DO LAR

PRETO DE ALMA BRANCA

ORIGEM

Tentativa de elogiar uma pessoa preta fazendo referência à dignidade dela como algo pertencente apenas as pessoas brancas.

SUBSTITUIÇÃO

BOA PESSOA

DENEGRIR

ORIGEM

Possui raiz no significado de "tornar negro", como algo maldoso e ofensivo, "manchando" uma reputação antes "limpa".

SUBSTITUIÇÃO

DIFAMAR

A COISA TÁ PRETA

ORIGEM

Expressão racista que reflete a associação entre "preto" e aspectos negativos.

SUBSTITUIÇÃO

SITUAÇÃO DESCONFORTÁVEL, DESAGRADÁVEL, DIFÍCIL, PERIGOSA

INVEJA BRANCA

ORIGEM

Ideia do branco como algo positivo, associando o preto a comportamentos negativos.

SUBSTITUIÇÃO

INVEJA É INVEJA, TROQUE POR UM ELOGIO

COR DO PECADO

ORIGEM

Utilizada como elogio, se associa ao imaginário da mulher negra hipersexualizada, reiterando a visão do corpo da mulher negra como mercadoria.

SUBSTITUIÇÃO

NÃO UTILIZAR

Fontes: *Tire o racismo do vocabulário - Glossário de Palavras Racistas e suas Substituições* | Autora: Francis Solange Vieira Tourinho e *O Racismo Sutil por Trás das Palavras* | Elaboração: Secretaria de Justiça e Cidadania do Distrito Federal e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

LEITURA ESSENCIAL

PEDRO CLAVER, O SERVIDOR DOS ESCRAVOS

Programa Magis Brasil

Edições Loyola

PEQUENO MANUAL ANTIRRACISTA

Djamila Ribeiro

Companhia das Letras

QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA

Carolina Maria de Jesus

Ed. Ática

O GENOCÍDIO DO NEGRO BRASILEIRO: PROCESSO DE UM RACISMO MASCARADO

Abdias Nascimento

Perspectiva Editora

INSUBMISSAS LÁGRIMAS DE MULHERES E BECOS DA MEMÓRIA

Conceição Evaristo

Malê Editora

RACISMO, SEXISMO E DESIGUALDADE RACIAL

Sueli Carneiro

Selo Negro Edições

MULHERES, RAÇA E CLASSE

Angela Davis

Boitempo Editora

RACISMO ESTRUTURAL

Silvio Almeida

Editora Jandaíra

DIALÉTICA RADICAL DO BRASIL NEGRO

Clóvis Moura

Editora Anita Garibaldi

NA MINHA PELE

Lázaro Ramos

Editora Objetiva

O MOVIMENTO NEGRO EDUCADOR: SABERES CONSTRUÍDOS NAS LUTAS POR EMANCIPAÇÃO

Nilma Lino Gomes

Editora Vozes

UM DEFEITO DE COR

Ana Maria Gonçalves

Editora Record

PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS

Frantz Fannon

Ubu Editora

ENSINANDO A TRANSGREDIR - A EDUCAÇÃO COMO PRÁTICA DA LIBERDADE

bell hooks

Editora Elefante

O ESPELHO QUEBRADO DA BRANQUIDADE: ASPECTOS DE UM DEBATE INTELECTUAL, ACADÊMICO E MILITANTE

Adevanir Aparecida

Appris Editora

TORNAR-SE NEGRO

Neusa Santos Souza

Editora Zahar

CONSCIÊNCIA
NEGRA
"Queridos amigos, não podemos tolerar nem fechar os olhos para qualquer tipo de racismo ou de exclusão e pretender defender a sacralidade de cada vida humana. Ao mesmo tempo, devemos reconhecer que a violência [...] é autodestrutiva e autolesionista. Nada se ganha com a violência e muito se perde"
Papa Francisco
MAGIS BRASIL
JESUÍTAS BRASIL
Produzido por Guilherme Augusto Siebeneichler para o Espaço MAGIS Manresa.
Imagens e elementos oferecidos por Freepik.